



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO**

PRISCILLA BARBOSA ANDRADE

**O PAPEL DAS ONGS NAS QUESTÕES PÚBLICAS:
UM ESTUDO DE CASO DO CEDHOR NA ÁREA DE
DIREITOS HUMANOS**

**João Pessoa-PB
2015**

PRISCILLA BARBOSA ANDRADE

**O PAPEL DAS ONGS NAS QUESTÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE
CASO DO CEDHOR NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Prof.^a Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Joseneide Souza
Pessoa**

**João Pessoa-PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553p Andrade, Priscilla Barbosa.

O papel das ONGs nas questões públicas: um estudo de caso do CEDHOR na área de direitos humanos / Priscilla Barbosa Andrade. – João Pessoa: UFPB, 2015.
54f. : il.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Joseneide Souza Pessoa.
Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Organizações Não-Governamentais (ONG). 2. Políticas compensatórias – Sociedade civil. 3. Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR). I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 347.471.8:342.7(813.3)(043.2)

PRISCILLA BARBOSA ANDRADE

**O PAPEL DAS ONGS NAS QUESTÕES PÚBLICAS:
UM ESTUDO DE CASO DO CEDHOR NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS**

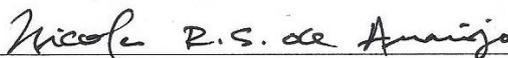
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, como exigência parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 26/11/2015

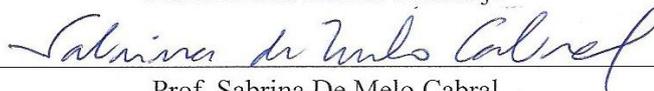
Banca examinadora



Prof. Joseneide de Souza Pessoa



Prof. Nicolas Renato S. Araújo



Prof. Sabrina De Melo Cabral

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por não me deixar desistir nas horas difíceis e por me proporcionar tantas vitórias. Essa em especial.

Aos meus Pais, Josevável e Valma, por terem me educado, mesmo com todos os sacrifícios que a vida lhes impôs, por sempre acreditarem em mim, por todo carinho, amor e dedicação. Sem vocês, eu nada seria. Amo vocês.

Aos meus avós, em especial a minha avó materna, Efigênciã. Exemplo de determinação e fé. Efi, obrigada me colocar sempre em suas orações, por me apoiar e por todo o carinho.

Agradeço ao meu amor, Flaviano Carvalho, que sempre acreditou na minha capacidade, mesmo quando nem eu acreditava. Preciso te falar, Flavio: teu incentivo, os “puxões de orelha”, teu carinho e amor, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a minha tia Fátima e meu tio Antônio, por toda ajuda durante a minha vida acadêmica, por todas as vezes que me deixaram sair mais cedo do trabalho para estudar, pela força, pela confiança e por todo amor e cuidado que vocês têm por mim.

A todos que fazem parte do Centro de Direito Humanos Dom Oscar Romero – CEDHOR, que contribuíram com essa pesquisa e me receberam de braços abertos.

Agradeço à minha orientadora, Joseneide, por ter aceitado me orientar, pela paciência, ajuda e conhecimento transmitido. Professora, Obrigada por tudo.

A meus primos, pela alegria e carinho que me transmitem. Em especial, a Simonne, Júnior (meu primo de coração) e Joquinha. Obrigada.

Agradeço ao meu irmão, Jobson, que, mesmo com a distância, me transmite força e alegria para seguir com meus objetivos. Meu irmão, você é meu orgulho.

Aos meus amigos (as)/companheiros (as) de estudos, da universidade e da vida, que me ajudaram, direta e indiretamente, nessa caminhada acadêmica. Em especial, agradeço às minhas amigas, Aline e Jailza, por sempre acreditarem em mim e por toda força transmitida. “Você consegue”, “vai dar tudo certo”, “vamos lá, Pri, falta pouco”... Então... preciso falar: é, meninas, deu tudo certo. Eu consegui! Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada.

Agradeço à minha família, por todo amor e carinhos que sempre me dão, e por acreditarem em mim.

Agradeço a todos os meus professores, por todo conhecimento transmitido.

Enfim, agradeço de coração a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a minha formação de vida e acadêmica. Deixo aqui o meu: muito obrigada.

RESUMO

As organizações não-governamentais no Brasil atuam em diversas áreas, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, expansão da democracia e nas práticas de políticas compensatórias, auxiliando a gestão pública com o intuito de minimizar os problemas sociais existentes no País. Neste trabalho foi realizado um estudo de caso que teve como finalidade apresentar uma investigação que pudesse destacar a estrutura organizacional e institucional de uma ONG. O estudo foi feito em uma associação que atua na promoção dos direitos humanos e atende a questões de ordem pública no município de Santa Rita-PB, o Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero – CEDHOR. O presente estudo teve por objetivo a análise sobre o desenvolvimento institucional do CEDHOR em relação aos seus objetivos e ações desenvolvidas em prol dos direitos humanos da população de Santa Rita-PB. A partir da análise dos dados da pesquisa, foi possível visualizarmos que a ONG colabora com a gestão pública da cidade de Santa Rita, no que se refere aos direitos humanos, proporcionando importantes contribuições às comunidades do município, promovendo acesso às políticas públicas, orientando a população sobre seus direitos e deveres, atuando na promoção do bem-estar social. Também foi evidenciado que a falta de recursos financeiros e parcerias com órgãos públicos e outros órgãos da sociedade civil, em especial com a gestão municipal da cidade de Santa Rita, dificulta no alcance dos objetivos institucionais e na execução de ações do CEDHOR.

Palavras chave: Organizações Não-Governamentais (ONG). Políticas compensatórias – Sociedade civil. Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR).

ABSTRACT

Non-governmental organizations in Brazil operates in several areas, contributing to the development of citizenship, expansion of democracy and the countervailing political practices, assisting the public administration in order to minimize the social problems in the country. In this paper we present a case study that aimed to introduce an investigation that could highlight the organizational and institutional framework of an ONG. The study was done in an association engaged in promoting human rights and meets the public policy issues in the city of Santa Rita / PB, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero - CEDHOR. This study aimed to the analysis of the institutional development of CEDHOR in relation to their goals and actions developed for human rights of the population of Santa Rita / PB. From the analysis of the research data, it was possible to visualize the ONG collaborates with the public management of the city of Santa Rita, in respect for human rights, providing important contributions to the municipal communities, promoting access to public policies, guiding the population about their rights and duties, working to promote social welfare. It was also evident that the lack of financial resources and partnerships with public agencies and other organs of civil society, especially with the municipal administration of the city of Santa Rita, hinders the achievement of institutional objectives and the implementation of CEDHOR actions.

Keywords: Non-governmental organizations (ONG). Compensatory policies – Civil society. Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Relevância do trabalho voluntário.....	43
Quadro 2 - Objetivos do CEDHOR.....	45
Quadro 3 - Relevância dos objetivos para atender a população	46
Quadro 4 - Êxito nas atuações dos objetivos	47
Quadro 5 - Áreas de atuação do CEDHOR	47
Quadro 6 - Ações realizadas do CEDHOR na área de DH	48
Quadro 7 - Possíveis melhorias/resultados em Santa Rita-PB	49
Quadro 8 - Dificuldades encontradas pelo CEDHOR na realização de ações/projetos	50
Quadro 9 - Estratégias do CEDHOR utilizadas com a comunidade	50
Gráfico 1 - Caracterização dos colaboradores: sexo	35
Gráfico 2 - Caracterização dos colaboradores: idade	37
Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos colaboradores da entidade.....	38
Gráfico 4 - Formação profissional dos colaboradores.....	39
Gráfico 5 - Ocupação profissional dos colaboradores.....	40
Gráfico 6 - Tempo de atuação dos colaboradores no CEDHOR.....	41
Gráfico 7 - Função exercida pelos colaboradores no CEDHOR.....	41
Gráfico 8 - Função gratificada ou voluntariado.....	42
Gráfico 9 - Remuneração dos colaboradores.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de Unidades Locais	23
Tabela 2 - Quantidade de pessoas assalariadas em 31/12/2010	23
Tabela 3 - Quantidade de entidade por áreas.....	24
Tabela 4 - Quantidade de entidades por área em Santa Rita	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação brasileira das organizações não governamentais

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDHOR – Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero

COOREMM – Cooperativa dos Catadores de Reciclagem de Marcus Moura

CRAS – Centro de referência de assistência social

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAC – Fundação de Ação Comunitária

FOJUNE – Fórum Estadual de Juventude Negra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização Não-Governamental

OSC – Organizações da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RECID – Rede de Educação Cidadã

REMCAV – Rede de Atenção as Mulheres Vítimas e Crianças Vítimas de Violência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: CONCEITOS, CONTEXTO E DESAFIOS	13
2.1 CONCEITOS E CONTEXTOS DAS ONGS NO BRASIL	13
2.2 DESAFIOS E REDIMENSIONAMENTO DAS ONGS NO BRASIL	18
3 CEDHOR: ONG NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB	26
4 DESENHO INSTITUCIONAL E PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CEDHOR	35
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CEDHOR	35
4.2 PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO DO CEDHOR	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53
APENDICE A	56

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia é fruto do trabalho de conclusão de curso na área de Gestão Pública e tem por finalidade apresentar resultados de uma pesquisa realizada no campo das organizações não-governamentais que atuam junto às questões públicas, particularizando as informações da pesquisa, que se refere a um estudo de caso, no Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR).

O estudo teve por objetivo geral fazer uma análise sobre o desenvolvimento institucional do CEDHOR em relação aos seus objetivos e ações desenvolvidas em prol dos direitos humanos da população de Santa Rita-PB. Nos objetivos específicos, buscou-se identificar quais são os objetivos institucionais do CEDHOR, verificar se as ações/projetos realizados correspondem aos objetivos propostos, investigar quais são os obstáculos vividos no alcance dos objetivos e analisar os resultados das ações/projetos no que se refere aos direitos humanos do referido município.

Esse estudo teve o propósito de produzir um estudo que evidenciasse a estrutura organizacional e institucional de uma ONG que atua com atividades sociais e cuja finalidade é o atendimento a questões de ordem pública e a promoção de direitos humanos, procurando perceber, com isso, quais contribuições essa organização traz para a sociedade, em especial para o Município de Santa Rita-PB, permitindo também produzir uma reflexão e análise feitas conjuntamente com os gestores/coordenadores e voluntários da referida ONG sobre seus objetivos, ações e atividades.

Por outro lado, é um estudo legítimo no campo da gestão pública, quando se estuda organizações sejam elas públicas e/ou privadas que atuam no campo do “bem público”, tendo em vista que a referida ONG trabalha no campo dos direitos humanos atuando na defesa e promoção destes para um público específico. Ela realiza ações que também deveriam ser realizadas pelo poder público.

Ao mesmo tempo, entender o papel das ONGs na atual realidade institucional do Estado brasileiro é compreendê-las como parte do processo de gestão descentralizada que percorre a legislação e as práticas que vêm sendo encaminhadas nas últimas décadas, a partir da reforma gerencial do aparelho do Estado.

Dito isso, o desenvolvimento de uma ONG ou qualquer outro tipo de organização que transita no chamado Terceiro Setor é de permeabilidade com as necessidades do atual modelo

de Estado. As organizações desta natureza são mais flexíveis do que a estrutura do Estado, podendo responder aos interesses dos setores privado e público, de forma mais rápida.

Outros autores denominam o Terceiro Setor como parte da gestão social. Entretanto, a própria reforma do Estado a partir de 1997, propõe uma descentralização e desconcentração de poder na execução de serviços públicos como parte integrante da própria gestão pública (PEREIRA, 1997).

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa exploratória para formar o escopo do estudo de caso com ênfase no levantamento de dados junto ao campo empírico, o levantamento bibliográfico e o documental. Utilizou-se entrevista semiestruturada, entrevistas informais, observações e aplicação de questionário. A entrevista semiestruturada foi aplicada ao gestor do CEDHOR. A profissionais e voluntários foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, o qual encontra-se no apêndice A deste trabalho. Desse modo, a amostra, por sua vez, foi representativa de cada segmento e se deu voluntariamente. Ressaltando que a organização é pequena, não há um número elevado de profissionais. O total de profissionais é de 17. Destes, 52% responderam a entrevista aplicada.

O plano de organização deste trabalho acadêmico procurou seguir um caminho para se chegar aos resultados do estudo: analisar a literatura sobre as ONGs no Brasil bem como produção de conteúdo feita pelas próprias organizações, identificando diferentes tipos existentes e suas formas de atuação; desafios para sua ação; com parceiros e com seu público no contexto brasileiro. Ainda a partir da literatura, propusemo-nos a analisar as possíveis mudanças que as instituições sem fins lucrativos sofreram em seu perfil, suas relações com outras organizações e públicos, e as formas de atuação no contexto recente. Realizamos a coleta de dados e formamos a análise.

O presente texto monográfico está composto em três capítulos para poder apresentar adequadamente a pesquisa realizada. No primeiro capítulo será apresentado o que se entende por Organizações Não-Governamentais, seus conceitos e contextualização. Abordaremos as visões conflitantes sobre o papel das ONGs, suas relações com o Estado e os serviços/políticas públicas. E falaremos também dos anos recentes: o que mudou, alguns desafios enfrentados pelas organizações. No segundo capítulo faremos a apresentação do desenho institucional do CEDHOR para que o leitor conheça a mesma e, no terceiro capítulo, apresenta-se os dados e resultados da pesquisa empírica, e, por fim, as conclusões.

2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: CONCEITOS, CONTEXTO E DESAFIOS

2.1 CONCEITOS E CONTEXTOS DAS ONGS NO BRASIL

As chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) são formadas pela iniciativa da sociedade civil, apresentando uma natureza jurídico-legal privada, mas atuando junto às questões sociais mais gerais que conformam a sociedade. De acordo com a ABONG (2013, p.1), são consideradas ONGs,

[...] as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

As ONGs desempenham uma multiplicidade de ações voltadas para as causas públicas, que são cada vez mais complexas e exigem aperfeiçoamento, e transversalidade de conteúdo. E, com perfil próprio originado por muitas lutas por independência e autonomia, as instituições reconhecem as ações em rede e procuram ligação com o Estado para cumprir as ações/projetos de maior embate, que necessitam de interferência ou entrega estatal (LOPES *et al.*, 2013).

O campo de atuação das ONGs se insere em inúmeros segmentos sociais, mas principalmente, voltando-se para as populações com menor acesso aos bens e serviços públicos, em busca de soluções das questões sociais, culturais e suas sequelas, nas áreas educacionais, na saúde, segurança, habitação, direitos humanos, dentre outras.

De acordo com Lopes *et al.* (2013), com a colaboração da sociedade civil no enfrentamento das questões sociais, é possível aprovar políticas públicas e alavancar sua adesão às demandas sociais, abrindo espaço na administração pública a fim de uma maior participação social para a formulação, monitoramento, execução e fiscalização das políticas públicas.

As ONGs são bem distintas entre si e têm múltiplos papéis na sociedade, assumindo como característica principal a sua posição na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento, atuando em prol da melhoria e modificação da vida de pessoas menos

favorecidas, com caráter formal, autônomo e sem fins lucrativos (ÁLVARES, 1999; LANDIM, 2002a, *et al. apud* ALVIM & TEODÓSIO, 2004).

De acordo com Mendonça (2005), as ONGs vêm transformando seus papéis e as suas formas de relacionamento com seus colaboradores, alternando-se entre processos de colaboração/parceria e cooptação, dependência e busca de sustentabilidade. Com essas relações também vem sendo modificado o campo de ação das ONGs no que se refere à elaboração e implantação sobre as políticas de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento.

As ONGs contribuíram também para a ideia de sociedade civil “organizada” como parte do processo de construção da democracia, trazendo novos atores à cena pública. Os movimentos sociais e políticos da sociedade civil que durante o período da Ditadura Militar (1964 a 1985) auxiliaram decisivamente para o término deste regime político, buscando construir as bases da abertura democrática no Brasil. Elas também são definidas pelas novas relações políticas entre o Estado e a sociedade civil e desempenham uma forte identidade social e princípios fundamentais para a consolidação de redes de proteção social, com o objetivo de manter o exercício da cidadania e dos direitos sociais, estão exatamente ligadas ao panorama do fortalecimento dos setores sociais marginalizados (NOVELINO, 2006)

Nesse sentido, o surgimento das ONGs se deu ao longo dos anos 1960 e 1970, com o florescimento de associações, entidades, instituições que buscavam organizar demandas da população junto ao Estado, com destaque para o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de pequenos produtores e as cooperativas rurais, dentre outras organizações. “A atuação dessas organizações contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de ação não governamental, que favoreceu o rápido crescimento e diversificação das ONGs que se observou nas décadas seguintes” (FERNANDES, 1994; PRESSBURGER, 1996 *apud* FERREIRA, 2005, p. 44).

Nos anos 1970 até meados da década de 1980, vivia-se ainda em um cenário político limitado, devido à Ditadura Militar. No entanto, as organizações sociais floresciam diante da necessidade de romper com autoritarismo da época, por meio do crescimento dos grupos de trabalhadores, artistas, intelectuais, partidos e sindicatos, vinculados em sua maioria com o pensamento de esquerda. As entidades sociais criadas neste contexto produziram um vasto processo reivindicatório sobre os direitos civis, sociais e políticos, elementos que vieram mais tarde a consagrar a democracia emergente brasileira a partir da promulgação da Constituição de Federal de 1988.

Pode-se considerar que esses movimentos sociais deram origem às ONGs diretamente ligadas às entidades eclesiais por três razões. A primeira, é que os sujeitos que nelas atuavam possuíam uma trajetória de militância religiosa, originários que eram da Ação Católica, da Juventude Estudantil Católica, da Juventude Universitária Católica e dos Movimentos de Educação de Base. A segunda razão é que a Igreja, que vinha da realização do Concílio do Vaticano II entre 1958 e 1963, e, sobretudo, do Concílio Episcopal Latino-Americano, realizado em Medellín em 1968, que marcaram a sua opção preferencial pelos pobres, apoiou-as de diferentes formas – a concessão de espaço físico em suas instalações foi uma das formas. Outra, se refere à abertura dos contatos que já possuíam com os setores populares, em função dos trabalhos das paróquias e pastorais espalhadas pelo país. Uma terceira forma de apoio remete aos financiamentos concedidos pelas agências internacionais.

A partir desse contexto de efervescência política começou a se espalhar pelo país o trabalho de educação para cidadania, desenvolvido pelos Centros de Educação de Bases - CEBs. Esses centros eram constituídos da ala mais progressista da Igreja Católica em que se conjugam os valores cristãos e a ortodoxia marxista em um movimento político que se denominava de educação de base, educação popular, ou ainda, promoção social. Ou seja, os grupos que participam da cena política contra a Ditadura Militar se formaram e se uniram a partir de ideários distintos: o assistencial cristão, o desenvolvimentista e o humanista (LANDIM, 2002b *apud* ALVIM & TEODÓSIO, 2004).

Esses centros foram ganhando legitimidade a partir do envolvimento com grupos e movimentos populares. Direccionavam seus esforços nas lutas pela terra, pela moradia, direitos trabalhistas, pelas reformas de base (educação, saúde, previdência, etc.), e principalmente pelo fim do regime ditatorial. Teixeira (2003) aponta que esses movimentos tiveram um papel fundamental contra o autoritarismo, pois procuram reivindicar direitos e fixar práticas e discursos efetivamente igualitários, em um período que não havia espaço público e a troca de hierarquias do mundo privado não era discutida com a sociedade.

O sucesso dos movimentos sociais deve ser entendido não enquanto o preenchimento dos seus objetivos substantivos ou enquanto a sua autoperpetuação como movimento, mas como a democratização de valores, normas, instituições e identidades sociais enraizadas, e, última instância, na cultura política (COHEN; ARATO *apud* TEXEIRA, 2003, p. 39).

Avritzer (2012, p. 394) acrescenta que a sociedade civil teve sua institucionalidade criada por dois processos. Primeiro pela

[...] reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes no processo de aprofundamento democrático.

A construção da democratização e composição de várias formas de atuação coletiva entre as décadas de 1970 e 1980 acarretou mudanças significativas no modelo das associações do país (SANTOS, 1993). Gerou um aumento expressivo na capacidade de criar linhas voluntárias e autônomas de associação (AVRITZER, 2012).

Raviolo (2003) também aponta que houve uma crescente criação de instituições (privadas, sem fins lucrativos, ligadas à igreja católica e suas pastorais) no Brasil nesse mesmo período que tinham como área de atuação o apoio aos movimentos sociais na assessoria política a esses movimentos:

Para o fortalecimento de sua capacidade de atuação autônoma e crítica. [...] No final da década de 80 e início da década de 90 diversas organizações de assessoria e educação popular passaram a desenvolver uma reflexão sobre o papel que desempenhavam na sociedade, adotando a denominação de “Organizações Não Governamentais”, num empréstimo da terminologia utilizada no sistema das Nações Unidas (RAVILOLO, 2003, p.15)

Nas décadas de 1980/1990, muitos dos movimentos sociais oriundos da luta contra a ditadura se transformaram em ONGs, e outras, atuavam como instituições de apoio aos movimentos sociais. Essa simbiose entre movimento social e ONGs tinha como fruto a necessidade de fortalecer a “representatividade das organizações populares, e ajudava a própria organização a se estruturar, muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos” (GOHN, 2013, p. 243).

A autora acrescenta que não era qualquer tipo de ONG, mas sim, as ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. As ONGs cidadãs protestam a favor dos direitos e agiam no espaço público, nos campos popular e intelectual (ALVIM, 2004).

Um marco relevante para a consolidação do regime democrático se deu com a Constituição Federal de 1988, quando as ONGs tiveram um papel importante na constituinte

para um novo momento de cessação da tradição de “ser contra o Estado”, e uma nova visão de participação começou a ser construída, ligando a ideia de uma

[...] democracia direta à democracia representativa. Tratava-se de participar de um novo momento político que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das Leis Estaduais e Municipais, a construção dos diferentes Conselhos e Câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Participar da gestão dos direitos em suma (GOHN, 2013, p.246).

Então, apesar de as ONGs militantes terem contribuído para um conjunto de práticas que se deu numa cultura de cidadania, novos espaços se abriram para políticas locais e meios urbanos nas cidades, e os campos das organizações civis aumentaram e se diversificaram no início dos anos 1990.

Diante das circunstâncias no cenário econômico, novas pautas (desemprego, aumento da violência, a questão da exclusão por raça, gênero, sexualidade, dentre outros) fizeram parte dos movimentos sociais e populares, fazendo com que aderissem aos programas e projetos das ONGs. E vários projetos sociais começaram a ser patrocinados por bancos e empresas, dentro de programas de responsabilidade social, no campo de cidadania corporativa (GOHN, 2013).

O Estado e a sociedade civil passaram por várias transformações ao longo do período denominado de democrático, pós-64, concedendo à população uma gama de direitos de cidadania e, ao mesmo tempo, as ONGs foram bastante relacionadas aos movimentos sociais em sua emergência. Mas Coutinho (2004, p.58) aponta que:

A partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em ‘parceria’ com o Estado e/ou empresas; proclamam-se ‘cidadãs’; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de ‘filantropia empresarial’; mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e agências financiadoras ligadas ao grande capital.

Conforme afirma Teixeira (2002, p.106), foi observado “ao longo da década de 1990 um duplo movimento: da sociedade em direção ao Estado e vice-versa, ambos os movimentos com consequências para a relação dessas organizações com o conjunto da sociedade”.

Esse movimento envolveu a “(re)definição de quais seriam os papéis tanto da sociedade quanto do próprio Estado”. Dessa forma, “as ONGs deixam de ser meros apoios e

passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil” (GOHN, 1997 *apud* MENDONÇA, 2009, p.75).

Oliveira (2002 *apud* MENDONÇA, 2009) também destaca que as ONGs tornaram-se intérpretes da crescente complexidade da sociedade brasileira, introduzindo processos e identificações na agenda política, simbólica e material. Assim, começavam a criar novas possibilidades em termos de relações sociais e de formas de produção, o que ocasionou a substituição das ações organizadas pelos movimentos sociais por ações em torno de redes de trabalho e experiências concretas, por meio de parcerias e interações mediadas pelas ONGs (OLIVEIRA, 2002 *apud* MENDONÇA, 2009).

Com o crescente fortalecimento das organizações e sua aproximação com o Estado, cada vez mais, também se desenvolveram novos desafios para sua atuação, os quais foram ficando evidentes em alguns setores. As ONGs “estão diante do desafio de repensar a relação entre formas de ação popular direta e a participação institucionalizada nos conselhos, de forma a aumentar a sinergia entre uma e outra e aprofundar a eficácia social desta participação” (ARMANI, 2006, p. 2).

Ou seja, as mudanças operadas no Estado e na sociedade compõem-se em um campo de desafios, expectativas e redimensionamento do papel e ação das ONGs no cenário político e social do país. Essa é a discussão do próximo subcapítulo, na tentativa não de esgotar a temática proposta, mas de fazer uma aproximação entre os desafios e respostas em relação às ONGs.

2.2 DESAFIOS E REDIMENSIONAMENTO DAS ONGS NO BRASIL

Os principais desafios e redimensionamentos das ONGs começaram a se caracterizar ao longo da década de 1990, quando elas cresciam em número e eram cada vez mais reconhecidas como vozes críticas, ao mesmo tempo em que o arcabouço político advindo das lutas anteriores pela democratização e pelos direitos de cidadania, tão recentemente promulgados pela Constituição Federal, se encontrava em um limiar básico no cenário brasileiro, quando já predominava uma concepção neoliberal de Estado, concebida para diminuir seu tamanho no campo das políticas públicas, exigindo, portanto, uma sociedade civil organizada com uma atuação diferente, não como agente crítico, mas principalmente, como executor de bens e serviços sociais.

Nesse ínterim, as ONGs enfrentam o primeiro desafio: destituir-se de seu aparato político-ideológico. Depois, precisam penetrar no Estado, tornando-se dependente financeiramente deste e, por último, sendo utilizada como meio mais econômico por parte do governo para atuar nas políticas sociais de forma concentrada e menos incômoda, politicamente.

Nesse sentido, para Armani (2006), o crescimento das parcerias dos governos estaduais e municipais com ONGs, com a participação da sociedade civil, fortaleceu oportunidades para as ONGs. Entretanto,

[...] representa novos desafios no tocante a maior exposição pública e a maiores exigências quanto à qualidade técnica do seu trabalho. [...] As ONGs brasileiras têm sido confrontadas com o desafio de garantir que sua intervenção concreta específica resulte na elevação da qualidade de vida da população e ao mesmo tempo promova um novo modelo de desenvolvimento para o país (ARMANI, 2006, p. 6).

Para Raviolo (2003, p. 16), o desafio maior das ONGs no contexto de

[...] proliferação e diversificação é o de defender um papel de atuação que contribua efetivamente para o fim da exclusão social e política da maioria da população, superando o marco do 'ser não governamental' no qual tudo cabe.

Existe uma diversidade de ONGs atuando no Brasil com significativas distinções no que se refere a seus objetivos, formas de trabalho, fontes de financiamento, beneficiários e parceiros, além de sua contribuição positiva ou negativa à democratização do país.

Então, nesse período, houve uma multiplicação de organizações originadas com o objetivo de efetivar programas sociais, tornando-se mais submissas e dependentes do governo. Assim, com a facilidade que existia de repasses de recursos públicos, as organizações não governamentais beneficiavam-se, desviando-se das regras que conduzem a administração pública, grupos políticos que eram conectados com os governos, ou, apenas, para desencadeamento de recursos públicos para auxílio privado (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Barbosa (2007), existem ONGs que “possuem uma orientação neoliberal, cuja prioridade é a modernidade, o que nem sempre é prioridade popular”, tendo como foco o mercado externo. Há também as ONGs de caráter assistencialista, que por sua vez, agem com um estímulo afetivo, podendo criar dependência por parte de seus assistidos.

Barbosa (2007, p. 35) afirma que “esse perfil assistencialista tende a afastá-las dos princípios democráticos de participação”.

Em relação à proximidade com o Estado, Lopes (2004 *apud* BARBOSA 2007, p.35) afirma que

a relação entre o Estado e as ONGs, no plano da administração pública, remete necessariamente ao princípio, ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas – refere-se, aqui, ao campo específico das ações das ONGs cidadãs que, diferentemente das chamadas ONGs assistencialistas ou desenvolvimentistas, são aquelas que “assumem um papel político complementar no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e garantia dos direitos sociais.

Um dos resultados do crescimento e do novo papel desenvolvido pelas Organizações Não Governamentais “tem sido uma crescente identificação entre ‘sociedade civil’ e ONG, onde o significado da expressão ‘sociedade civil’ se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de ‘Terceiro Setor’” (DAGNINO, 2004, p. 100)

Dagnino (2004) comenta a forma de entendimento, tanto do Estado quanto dos atores da sociedade civil, sobre a representatividade que, no caso das ONGs, pode ser direcionada para o tipo de conhecimento que apresentam:

O Estado as vê como interlocutoras representativas na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana), movimentos ambientais, etc” (DAGNINO, 2004, p. 101).

Conseqüentemente, as ONGs se veem como “representantes da sociedade civil”, levando em conta que essa representatividade se dá por expressarem os diversos fatores excludentes que a sociedade vivencia, aos quais “dariam voz” (DAGNINO, 2004).

De acordo com Fiege (2003), o que caracteriza bem particularidades em comum na autodefinição das ONGs é o seu papel como

agente democrático de desenvolvimento social, econômico e político, junto ao princípio de autonomia em relação aos outros atores de campo político (poder

público, partidos, movimentos sociais) [...] enquanto outros aspectos são controvertidos e se encontram em plena mudança (FIEGE, 2003, p.21).

Diante desses vários desafios, outros agravantes se tornam realidade. As denúncias de corrupção na administração pública envolvendo ONGs passaram a fazer parte do jogo político, ao decorrer dos anos 2000, e abriu campo para a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das ONGs. Essa CPI, conforme a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (2007, p 31), tinha como objetivo ‘não-manifesto’ assegurar “um controle político sobre a atuação das ONGs no país”. E, o órgão relata ainda que as ONGs aparecem como “alvo permanente de ataques, vindos daqueles cujos interesses são atingidos pelo compromisso das ONGs com alternativas sustentáveis e democráticas de organização da sociedade” .

Com isso, gerou efeitos/problemas negativos no que diz respeito ao universo das ONGs: desconfianças na opinião pública em relação à configuração de comprometimento e demonstração de demandas sociais. Ribeiro (2013, p. 5) aponta que,

a desqualificação generalizada das organizações contribuiu para o enfraquecimento da confiança da população na sua própria capacidade de criar uma esfera pública ampliada onde diferentes segmentos da sociedade possam se expressar e, de forma legítima, disputar, negociar, estabelecer consensos e cooperar em função do bem comum ou do interesse da maioria.

Nesse contexto de crise socioambiental e também política era preciso seguir novos padrões para contribuir e dar formalidade a novos sujeitos políticos e ao aperfeiçoamento da democracia que o atual tempo exige. Esses novos padrões se dão diante de um marco regulatório, por meio de mudanças legais decorrentes de novas leis, as quais desenvolveram a institucionalidade de Organizações da sociedade Civil-OSC e, também, uma extensa reforma política, “que fortaleça a participação e o controle social sobre os poderes executivos, legislativo e judiciário” (RIBEIRO, 2013, p.6).

Por mais que existisse a Lei 9.790/99 da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, a qual dispõe de um aparelho próprio de contratualização com o governo, esta é considerada, pela ABONG, limitada, pois, segue-se sem alterar a legislação anterior, e

ainda faz dominar o sentido da terceirização e não a do estímulo à organização independente da sociedade (RIBEIRO, 2013).

Ou seja, as ONGs que nasceram da livre iniciativa da sociedade civil passam a ser amarras ao Estado, a favor de sua política neoliberal, minimalista, e ainda, diminuindo o papel dessas organizações frente à opinião pública.

Segundo Ferreira (2005), a ABONG vem defendendo, ainda sob uma perspectiva de autonomia das ONGs em relação ao Estado, a celebração de parcerias com repasse de recursos públicos. Defende ainda a diferenciação da heterogeneidade de ONGs existentes no Brasil, a partir da “criação de uma tipologia da ação das organizações da sociedade civil de acordo com a natureza de sua intervenção, tais como: prestação de serviços assistenciais, promoção e defesa de direitos, elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento e ações emergenciais” (FERREIRA, 2005 p. 66).

Nesse período já era demonstrada preocupação por parte das associadas da ABONG sobre o financiamento da cooperação internacional, pois o Brasil ainda não tinha adquirido marcos legais, nem políticas de Estado que fornecessem modificações no alicerce de sustentação social, política e financeira das instituições de cidadania. E as fontes de recursos dessas organizações eram concentradas na cooperação internacional, em que uma porcentagem muito pequena era proveniente de recursos federais, estaduais e municipais, por isso a insegurança e o desapontamento com relação à ausência de ação do governo federal.

Essa insegurança não vinha só das ONGs, mas de outras redes e movimentos sociais que estavam na luta pela transformação social no país. Então, uma parte expressiva dessas redes, movimentos e ONGs, “aproveitou as eleições presidenciais para lançar uma Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as organizações da Sociedade Civil”, onde demandavam uma “política de Estado com instrumentos e mecanismos que assegurassem autonomia política e financeira das OSCs, de modo a fomentar a participação social” (RIBEIRO, 2013).

A ABONG realizou, em 2010, um estudo quantitativo sobre vários aspectos relacionados à dimensão das organizações sem fins lucrativos no Brasil, proliferadoras, nas últimas décadas, no chamado Terceiro Setor.

Em relação à quantidade de unidades locais existentes no Brasil, o Nordeste concentra 23,3% de unidades e a Paraíba 1,7%, de um total de 7.664 unidades de Fundações. Já no que diz respeito às associações sem fins lucrativos, o nordeste corresponde a 22,9% e a Paraíba 1,9%, de um total de 283.028 unidades registradas no Brasil. As entidades privadas tem um

total de 556.846 unidades, sendo 22,9% das entidades existente no Nordeste e 1,9% na Paraíba.

Tabela 1- Quantidade de Unidades Locais

Tipo de Organização	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Total	%	Total	%	Total	%
Fundações	7.664	100	1.788	23,3	129	1,7
Associações sem fins lucrativos	283.028	100	64.741	22,9	5.499	1,9
Entidades privadas sem fins lucrativos	556.846	100	114.700	20,6	10.704	1,9

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

As entidades sem fins lucrativos parecem aparecer de acordo com o crescimento populacional, pois o Nordeste concentra 26% da população brasileira e apresenta 20,6% das unidades de entidades existentes no Brasil. Também podemos levar em consideração a questão de o Nordeste concentrar mais da metade da população brasileira que vive na pobreza, tendo em vista que as ONGs têm como propósito minimizar os problemas sociais, provendo o desenvolvimento da sociedade.

Em relação à quantidade de pessoas assalariadas, o Nordeste apresenta 15,6% das 330.658 pessoas assalariada em fundações, 13,6% em associações e 14,8% dos assalariados pelas entidades sem fins lucrativos no Brasil..

Tabela 2 - Quantidade de pessoas assalariadas em 31/12/2010

Tipo de Organização	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Total	%	Total	%	Total	%
Fundações	330.658	100	51.532	15,6	2.474	0,7
Associações sem fins lucrativos	1.797.349	100	244.813	13,6	10.713	0,6
Entidades privadas sem fins lucrativos	2.893.854	100	428.341	14,8	22.396	0,8

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Embora o voluntariado apresente um apelo à participação e disponibilidade de um engajamento social, nem todas as ações conseguem ser executadas por tal, com isso, as organizações precisam de um pessoal qualificado para exercer as atividades, fazendo com que a remuneração por parte das entidades cresça, conforme visualizamos na tabela anterior. Muitas ONGs usam a combinação de trabalho remunerado com o trabalho voluntário como forma estratégica para multiplicar e potencializar suas ações (ABONG, 1996).

O Terceiro Setor apresenta diversas áreas de atuação, pois abre oportunidades de diversidades na prestação de serviço à coletividade, pela variedade das necessidades de serviços básicos da população. Podemos visualizar, na tabela 3, o leque das áreas de atuação das entidades sem fins lucrativos e destacamos as áreas de Educação e pesquisa com 87.946, a área do desenvolvimento e defesa de direitos, apresentando 42.463 unidades de entidades sem fins lucrativos e a área da Religião, com 82.853 unidades.

Tabela 3 - Quantidade de entidade por áreas

Áreas das Entidades sem fins lucrativos	Tipos de Organizações Sem Fins Lucrativos		
	Fundações	Associações	Entidades Privadas
Total Brasil	7.664	283.028	556.846
Habitação	05	287	292
Saúde	648	5.381	6.029
Cultura e recreação	803	36.118	36.921
Educação e pesquisa	1.758	15.906	87.946
Assistência social	1.043	29.371	30.414
Religião	1.653	81.200	82.853
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	218	44.721	76.642
Meio ambiente e proteção animal	139	2.103	2.242
Desenvolvimento e defesa de direitos	322	42.141	42.463
Outras instituições privadas sem fins Lucrativos	1.075	25.800	191.042

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

As entidades sem fins lucrativos distribuem atividades em diferentes áreas, possibilitando interferir em diversas realidades. As ONGs vêm aumentando

consideravelmente seus campos de ação. Para elas, “o espaço geográfico de atuação tende a funcionar, cada vez mais, como um ponto de referência que permite manter um vínculo com as realidades específicas vivenciadas pelas diferentes parcelas da população com as quais trabalham” (ABONG, 1996, p.6).

As entidades atuantes nas áreas de educação e pesquisa vêm auxiliando na melhoria das ações educacionais disponibilizadas pelo Estado, assegurando a sua consolidação. As ONGs estão sendo convidadas a contribuir:

Tanto na ação direta de oferta dos serviços educacionais, em que o Estado se retira ou não entra, como em decorrência da redução do corpo técnico das diversas secretarias, na produção de materiais didáticos, capacitação de professores e atuação no plano das orientações pedagógicas (OLIVEIRA, A; HADDAD, 2001, p. 80).

As Entidades que estão inseridas na área do desenvolvimento e defesa de direitos têm a “preocupação com as ações de caráter preventivo, com capitão de grupos (...), com atuação voltada para a formação de uma consciência de direitos capaz de desnaturalizar a violência que é parte constitutiva do cotidiano dessas populações” (ABONG, 1996, p. 22).

Desse modo, se percebe a partir dos dados o quanto as ONGs têm um papel relevante nas questões públicas, possibilitando cada vez mais o embeijamento entre o público e o privado. Ou seja, entre o Estado e a Sociedade Civil.

3 CEDHOR: ONG NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB

O município de Santa Rita, localizado na região metropolitana de João Pessoa-PB, é a terceira maior cidade da Paraíba em extensão territorial. Segundo dados do IBGE-2010, o município possui aproximadamente 120.310 habitantes, sendo 62.191 mulheres, 58.119 homens, 32.123 jovens (0 à 14 anos) e 8.061 idosos (maior de 65 anos), com cerca de 80% da população alfabetizada. Com 726,847 km² de área, limita-se com os municípios de Alhandra, Bayeux, Cabedelo, Conde, Capim, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Pedras de Fogo, Rio Tinto e Sapé. De acordo com estimativa do IBGE (2010), Santa Rita foi a quarta maior economia do Estado, sendo movimentada pela agricultura, agropecuária e indústrias nos ramos de calçados, fabricação de velas, estofados, minerais não-metálicos (cerâmicas e tijolos), pré-moldados, bem como a indústria sucroalcooleira (açúcar, rapadura e álcool). Está na posição 3.534 do Ranking de IDH das cidades brasileira, segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e exibe, no seu IDH médio, um pequeno acréscimo no transcorrer dos anos, que revela os aspectos de renda, longevidade e educação (PNUD, 2010).

No município há um total de 151 unidades de entidades sem fins lucrativos, sendo 85 unidades de fundações privadas e associações sem fins lucrativos, que ajudam a combater as várias dificuldades que os setores excluídos sofrem, pela falta de inclusão social. Essas instituições atuam em diversos setores da sociedade, e nos diferentes eixos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4 - Quantidade de entidades por área em Santa Rita

Áreas das Entidades sem fins lucrativos no Município de Santa Rita/PB	Fundações privadas e associações sem fins lucrativos	Entidades privadas
Saúde		04
Cultura e Recreação		09
Educação e Pesquisa		5
Assistência Social		04
Religião		26
Partidos Políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais		05
Meio ambiente e proteção animal		---
Desenvolvimento e defesa de direitos		13
Outras instituições privadas e sem fins lucrativos		19

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Dentro dessas unidades da área de Desenvolvimento e defesa dos direitos, o Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR), é uma organização não-governamental (ONG) voltada à defesa e à promoção dos direitos fundamentais das pessoas mais desfavorecidas. Sua criação teve início no ano de 2000 e, segundo a diretora-presidente¹ da instituição, foi devido a uma necessidade visualizada pelo Padre Severino, pároco do bairro de Tibiri II, na época em que atendia, em confissões ou não, as mulheres vítimas de violência doméstica. Junto com a pastoral dos Missionários Combonianos², da qual o Padre fazia parte, foi fundada o CEDHOR. Foi juridicamente constituído sob forma de associação civil em 11 de setembro de 2003, no município de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa, com atuação em todo estado da Paraíba, podendo expandir suas ações para outros estados Brasileiros.

O centro leva o nome de Dom Oscar Romero por ser grande referência para os direitos humanos. Dom Oscar Romero, arcebispo de El Salvador, em meados da década de 70, lutou

¹Entrevista concedida pela diretora presidente da instituição, em 25 de abril de 2015.

²Os Missionários Combonianos inserem-se na atividade da Igreja Católica, difundindo o evangelho entre os povos. Inspiram-se no carisma e espiritualidade de São Daniel Comboni, como expressa o Pe. Alberto de Oliveira Silva, na página http://www.portal.ecclesia.pt/anuario/ficha_congregacoes_m.asp?congregacao_mid=18

contra as injustiças sociais e a situação de miséria na região. Ele procurou defender os mais pobres. Reprovava as ações do governo e as interferências estrangeiras. Romero foi assassinado, em 1980, durante a celebração de uma missa, por um franco-atirador (CNBB, 2015).

Em Santa Rita, o Centro atende, prioritariamente, a população de baixa renda dos bairros de Tibiri II, Marcos Moura e Heitel Santiago, desenvolvendo suas atividades respeitando a diversidade humana, sem fazer qualquer diferenciação de credo religioso ou político, raça, sexo, cor e condição social. Trabalha dentro de quatro eixos de atuação: promoção dos direitos, defesa dos direitos, controle social e articulação. De acordo com o Estatuto do CEDHOR, a associação conduz suas relações conforme os seguintes princípios (CEDHOR, 2014):

- I- Independência política e administrativa;
- II- Valorização do protagonismo do ser humano;
- III- Construção da cidadania plena;
- IV- Articulação com os movimentos comprometidos com causas sociais populares.

E, conforme o artigo 2º do regimento do CEDHOR, a associação é conduzida pelos princípios metodológicos (CEDHOR, 2014):

- I- Acolhida e atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- II- Trabalho em equipe;
- III- Formação continuada e apoderamento no exercício dos direitos humanos;
- IV- Educação liberadora para a cidadania consciente e responsável;
- V- Desenvolvimento de novas lideranças para a instituição;
- VI- Busca de parcerias para a realização de projetos sociais e para a manutenção e funcionamento do CEDHOR.

O CEDHOR é formado por uma Diretoria, composta por: diretora-presidente, tesoureiro, vice-presidente, secretário e suplente de diretoria; por uma equipe executiva: coordenador, educadores sociais, instrutores, oficineiros, auxiliares de serviços gerais, cozinheira, auxiliar administrativo, agentes de apoio e a conselheira consultiva; e pela equipe técnica: advogados e assistente social.

Os que compõem a diretoria são todos voluntários e associados, que estão com suas atividades em dia com a instituição. Essas atividades estão relacionadas ao comparecimento às ações realizadas pelo CEDHOR, como participação dos encontros, seminários, colóquios e as assembleias. Durante as assembleias é escolhida a equipe diretora e definidas as linhas de atuação.

Conforme o regimento, todos os colaboradores deve ter idoneidade moral reconhecida, empatia com as causas e promoção dos direitos humanos, consideração à história e à integridade dos usuários, assegurando o acolhimento à diversidade e suas potencialidades.

O Artigo 3º do regimento interno destaca os serviços oferecidos pelo CEDHOR:

- I- Atendimento jurídico;
- II- Atendimento social;
- III- Mediação de conflitos;
- IV- Realização e promoção de palestras, eventos, feiras, cursos e oficinas nas áreas de direitos humanos, políticas públicas e cidadania;
- V- Assessoria a entidades, movimentos e organizações populares na área dos direitos humanos;
- VI- Articulação com grupos, movimentos e associações com finalidades, objetivos e princípios afins;
- VII- Participação ativa nos conselhos de políticas públicas, redes, conferências, comitês e fóruns;
- VIII- Controle social da atividade político-administrativa no interesse comum da sociedade;
- IX- Organização popular e interlocução com o poder público e outras instâncias, visando à promoção e defesa dos direitos humanos.

Esses serviços são executados por profissionais capacitados e são ofertados pela instituição sem nenhum custo para a sociedade.

O CEDHOR tem parcerias com entidades, movimentos e organizações da sociedade civil na luta pelos direitos humanos na área metropolitana de João Pessoa e em todo Estado da Paraíba, estimulando o desenvolvimento e consolidação da organização popular e a realização dos direitos humanos. Portanto, a ONG faz parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas da Paraíba, Rede de Proteção da Criança e do Adolescente de Santa Rita, o Comitê Estadual contra Tortura, Rede

de Educação Cidadã – RECID, Fórum Estadual de Juventude Negra – FOJUNE/PB, Pastoral do Menor e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. A Organização tem representatividade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Comissão Municipal de Protagonistas; participa da Comissão Gestora da Rede Margaridas - Remar, é membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos, participa da Rede de Atenção as Mulheres Vítimas de Violência – REAMCAV.

A ONG mantém-se com a ajuda financeira, mensal, dos Missionários Combonianos, e com parcerias, através de projetos, a nível Estadual e municipal, que contribuem com materiais e/ou alimentos perecíveis.

O Centro tem como objetivos promover e defender os direitos humanos, com o intuito de enfrentar as violações dos direitos humanos e a violência institucional, buscando, assim, oferecer apoio às vítimas para que denunciem os casos de desrespeitos sofridos; criar instrumentos de formação e educação popular que proporcionem a consciência crítica e despertem as pessoas para o engajamento na luta pela conquista e afirmação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; incentivar a organização popular dando apoio aos movimentos sociais e às associações de bairros, procurando articular-se com os diversos atores sociais com o intuito de resgatar as lutas populares; atuar no controle social das políticas e orçamento público dos poderes constituídos, principalmente no âmbito municipal, com vistas a exigir a prestação de serviços com a qualidade à população; defender os interesses das crianças e adolescentes garantidos no Estatuto da criança e do adolescente (E.C.A), assim como os direitos de grupos mais vulneráveis como o das mulheres, dos jovens e dos idosos; manter relações com organizações no Brasil e no exterior que tenham como objetivo a promoção e defesa dos direitos humanos; subsidiar, sempre que possível, os órgãos governamentais e não governamentais, na área dos direitos humanos; promover e apoiar iniciativas de geração de renda, em programas de economia solidária que elevem a dignidade e a qualidade de vida das pessoas; promover ações civis públicas, difusas e coletivas, e ações individuais, em favor dos direitos fundamentais.

Dentre muitas atividades que o CEDHOR desenvolve há diversos projetos na área da educação e conscientização, que visam atender a comunidade, como os que veremos a seguir:

- ✓ Projeto Legal: É um projeto que existe há mais de dez anos, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, da comunidade de Marcos Moura, em Santa Rita. Tem como objetivo resgatar a dignidade das crianças e adolescentes, fortalecer o vínculo familiar e comunitário.

Esse projeto foi interrompido, por cerca de dois anos, por falta de verbas. E, no dia 22 de Abril de 2014 foi reaberto, com ajuda do Padre Xavier, missionário comboniano, que, atualmente, está à frente. O Projeto Legal dispõe de uma ótima estrutura física e de uma equipe de educadores, coordenadores, agentes de apoio, oficinairos, cozinheira e auxiliar de serviços gerais. Sua metodologia é influenciada pelas práticas da pastoral do menor, desenvolvendo práticas pedagógicas, culturais, lúcidas, esportivas e profissionalizantes.

O projeto atende 120 crianças e adolescente, com faixa etária de 7 a 16 anos, entre o horário da manhã e tarde, da segunda à quinta-feira, e na sexta-feira funciona apenas para as reuniões de avaliação e planejamentos dos agentes de apoio, educadores e coordenação. Um dos requisitos para participar do projeto é estar devidamente matriculado na escola e com a frequência em dia. Os alunos do projeto contam com refeição, momento místico, reforço escolar e participam de oficinas, respectivamente. No momento místico, apesar do responsável ser um padre, é um momento ecumênico, para reflexão e oração.

O reforço escolar é ministrado por uma hora e meia, pelos agentes de apoio. Este reforço é dividido em grupos, por nível de dificuldade dos alunos, pois muitas crianças que estão sendo aprovadas nas escolas, entretanto, não sabem ler, nem escrever. Existe também o grupo dos adolescentes líderes, onde trabalham temáticas mais específicas, por ser formado com adolescentes e ter uma visão mais formada do que as crianças. Esses temas são: participação, protagonismo e identidade. O grupo tem a intenção de ajudar a formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres. Nas oficinas, os alunos do projeto, recebem aulas de capoeira, circo, música, dança (especificamente o hip hop), reciclagem e bijuterias.

O Projeto Legal também trabalha em conjunto com os pais, a cada dois meses esses pais são chamados para dialogar e conscientizá-los sobre o projeto, os seus direitos e educação dos seus filhos. O mesmo diálogo que acontece com as crianças, é passado para os pais, pois, muita vezes, é observado que, no projeto, as crianças são trabalhadas de uma forma, e, ao chegar em casa, tem uma educação completamente diferente. Os temas dos diálogos são sempre atuais, remetendo a acontecimentos do mês, como, por exemplo: em outubro, no mês das crianças, procuram conscientizar os pais sobre o problema da violência doméstica, buscando mostrar aos pais outros caminhos para educar seus filhos. Nessas reuniões, nas quais a maioria dos pais está

presente, são convidados palestrantes sobre cada tema, e depois há um momento de confraternização, onde é oferecido café da manhã ou lanches da tarde.

Alguns jovens do projeto fazem parte da Comissão Municipal de Protagonistas, a qual é formada por adolescentes, onde levantam as questões e problemas sociais em que o jovem está inserido e é o ator principal.

O projeto também procura manter um diálogo com as escolas, a fim de saber se os alunos estão comparecendo à escola, verificando as notas de cada aluno e buscando saber do comportamento dentro da escola, pois dentro do projeto, de acordo com a coordenadora, o comportamento dos alunos é excelente.

O Projeto Legal é vinculado à Pastoral do menor. Para se manter, o projeto conta com algumas doações. Recebe doação de pães da FAC - Fundação de ação comunitária, onde, duas vezes por semana, um responsável pelo projeto se desloca ao bairro popular, em Santa Rita, para pegar uma sobra de pães do Centro Social Urbano. Também recebe doação de frutas, verduras e cereais do Mesa Brasil.

✓ Projeto Segurança Pública: direito humano seu, meu, nosso: o projeto foi aprovado, em 2012, pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, com o intuito de fortalecer os direitos humanos no Estado da Paraíba, abordando a violência policial e as atividades dos grupos de extermínio em todo o Estado, questionando a ausência de entendimento sobre os procedimentos do controle social das ações policiais.

Usando como base o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, o CEDHOR realizou campanhas em várias cidades do Estado com seminários, festivais e oficinas, debatendo e transmitindo conhecimento acerca da segurança pública como direito humano, buscando garantir esse direito junto aos grupos mais vulneráveis, os agentes policiais e as comunidades quilombolas. Com o objetivo de contribuir para a construção de um novo modelo de segurança pública.

✓ Prêmio Dom Oscar Romero: anualmente, em dezembro, o CEDHOR realiza o prêmio “Dom Oscar Romero”, o qual procura reconhecer e homenageia pessoas, entidades ou grupos que se destacam contribuindo com as causas dos direitos humanos, lutando para a melhoria da dignidade de vida e de uma cidadania melhor. O prêmio existe desde 2009.

✓ COOREMM - Cooperativa dos Catadores de Reciclagem de Marcus Moura: a COOREMM é uma cooperativa de catadores do bairro de Marcus Moura, em Santa Rita. Nasceu de uma iniciativa dos Missionários Combonianos, que se sensibilizaram com a realidade dos catadores e organizaram um grupo, com reuniões semanais. Foi em uma dessas reuniões que surgiu a ideia da cooperativa. E onde o CEDHOR entra? Como a COOREMM estava nascendo e não tinha uma personalidade jurídica ainda, e estava aparecendo muito projeto na área, o CEDHOR entrou como uma entidade âncora. Muitos colaboradores do centro também fazem parte da cooperativa. Atualmente, a COOREMM não está mais ligada ao CEDHOR, mas fazem muitos trabalhos em parceria, como eventos realizados pelo centro e no projeto legal. A cooperativa ajuda com as aulas de reciclagem para as crianças. E, muitas mães dos alunos do projeto participam da cooperativa.

Assim como o CEDHOR, a COOREMM nasceu com o objetivo de gerar mais dignidade às pessoas, especificamente, aos catadores, inserindo-os no meio social, proporcionando um novo olhar da sociedade para estes trabalhadores, cobrando políticas públicas efetivas para os que tiram seu sustento dos materiais descartados pela sociedade.

✓ Projeto de Educação Popular: em parceria com a Rede Educacional Cidadã (RECID), o CEDHOR realizou o Projeto de Educação Popular de Direitos Humanos para líderes comunitários, educadores e jovens. Aconteceu em 2014 e teve duração de seis meses, abordando os eixos da educação popular e dos direitos humanos, com a participação de dez pessoas, e foram estudados também alguns projetos locais. Ao final, foi elaborada uma cartilha com os assuntos abordados durante o curso.

O CEDHOR trabalha atendendo e orientando as pessoas que chegam até o centro à procura de resolver seus problemas familiares, sociais e jurídicos. A ONG dispõe de uma assistente social e dois advogados, que atuam ouvindo e fazendo os encaminhamentos de cada caso específico para a rede, onde procuram trabalhar em conjunto. Para cada caso é feita uma escuta, que não precisa ser executada, especificamente, pela assistente social, podendo ser feita por outro profissional que estiver presente. Dependendo do caso, a assistente social atenderá, fará um relatório e, se for preciso, encaminhará para o órgão responsável.

A assistência jurídica é feita pelos advogados, que orientam as pessoas sobre seus direitos e encaminham os casos para os órgãos de defesa, sendo feito o acompanhamento do andamento dos processos.

O regimento fala de assistência psicológica, porém, por motivos financeiros, a ONG ainda não dispõe do profissional. Quando surge algum caso que precise desta assistência, o mesmo é encaminhado para o atendimento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social –, do município.

Muitas vezes, as pessoas chegam ao CEDHOR para sanar um conflito família, e quando esse conflito pode ser resolvido com um conversa, o centro procura os envolvidos e tenta resolver com um diálogo. Caso não resolva, é encaminhado para os órgãos responsáveis.

O Centro contribui com a defesa dos direitos humanos de acordo com os quatro eixos de atuação definidos: promoção dos direitos, defesa dos direitos, controle social, e articulação política.

No eixo “promoção dos direitos”, o CEDHOR vem trabalhando especialmente com a capacitação em direitos humanos, procurando direcionar a juventude, adultos e lideranças comunitárias; atendendo e orientando as pessoas que têm seus direitos desrespeitados. Contribuindo com a disseminação dos deveres e direitos da sociedade.

Com o eixo “defesa dos direitos”, a ONG vem ajudando a denunciar e combater as violações dos direitos humanos. Orientando e defendendo as pessoas que passam por situações de preconceitos, maus tratos, todos os tipos de desrespeitos dos seus direitos.

O CEDHOR vem contribuindo com o eixo do “controle social”, atuando com a fiscalização das ações dos governos e pressionando a agir de acordo com princípios dos direitos humanos. Orientando as pessoas a irem buscar seus direitos e melhoria na qualidade dos serviços ofertados pelos órgãos públicos.

E, no eixo “articulação política”, o CEDHOR contribui, junto com outras entidades e movimentos sociais do município, Estado e fora do Estado, com a luta por melhores condições de vida e mais dignidade para as pessoas menos desfavorecidas. Auxiliando também no fortalecimento da rede de entidades focalizadas na defesa dos direitos humanos.

Então, assim como outras ongs defensoras dos direitos humanos, o CEDHOR, muitas vezes, assume uma posição de porta-voz das demandas da sociedade, a qual, em algumas situações, não tem voz nem vez. O CEDHOR está diretamente ligado à contribuição das causas dos direitos humanos, fazendo seu trabalho de controle, intervenção e pressão diante dos órgãos públicos para a efetivação das políticas públicas e o respeito aos direitos.

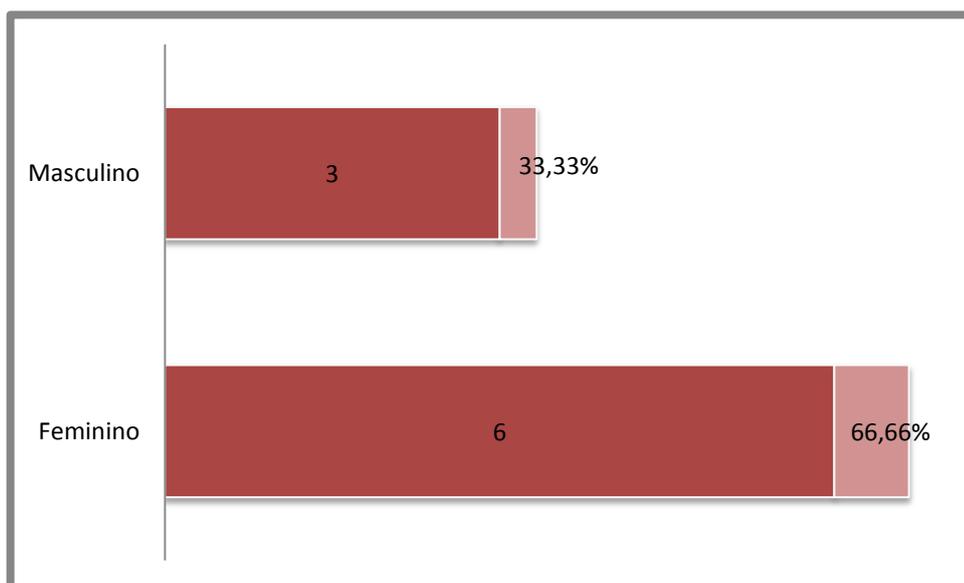
4 DESENHO INSTITUCIONAL E PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CEDHOR

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CEDHOR

Os indicadores para a caracterização dos colaboradores do CEDHOR contemplados na pesquisa foram: sexo, idade, grau de instrução, formação profissional, ocupação profissional, tempo de atuação e função no CEDHOR, se a função é gratificada ou não, valor da gratificação e, por fim, a relevância do trabalho voluntário.

De acordo com os dados coletados, constata-se que 66,66% do pessoal da instituição são mulheres, e 33,33%, homens. Esse dado é um reflexo da história de lutas das mulheres, que alcançaram visibilidade social, repercutindo em importantes políticas sociais. Também temos que levar em consideração que as variadas práticas femininas no terceiro setor atualmente são dignas de *status* social.

Gráfico 1 - Caracterização dos colaboradores: sexo



Fonte: Pesquisa de campo

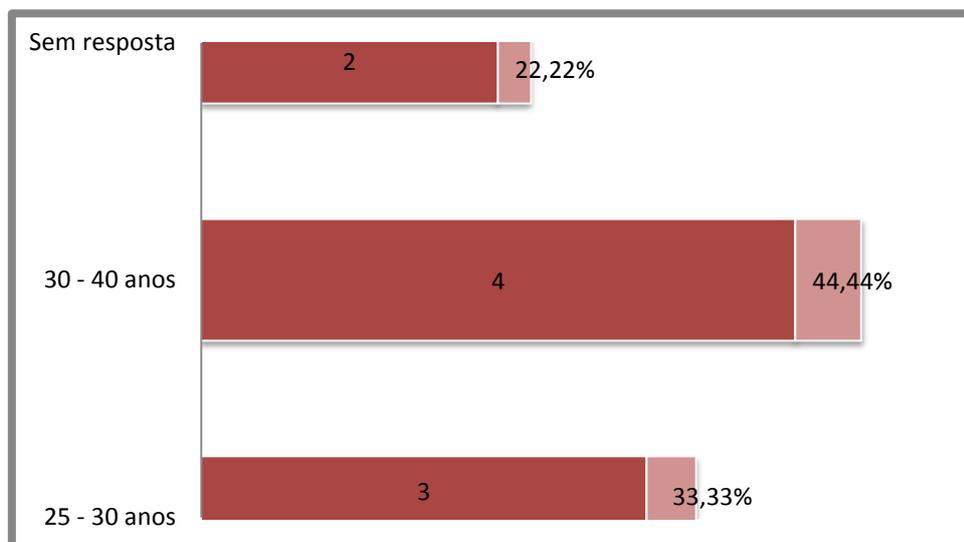
A participação da mulher no meio econômico e social foi tardiamente reconhecida. Isso deixou vestígios, direta e indiretamente, na vida da sociedade como um todo. Entretanto, segundo Gohn (2007), hoje podemos ver o protagonismo da mulher em diversas ações coletivas da sociedade. Estão presentes nas associações comunitárias, nos movimentos sociais, nas redes estruturadas em ONGs, nos diferentes conselhos de gestão pública existentes, entre várias outras ações e setores. As mulheres são maioria nas lutas por melhores condições de vida, ultrapassando as fronteiras nacionais. De acordo com Gohn (2007, p. 45),

[...] as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (...) também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas.

A mulher está a cada vez mais exercendo seu papel de protagonista no meio da sociedade e nas instituições privadas ou públicas.

Nessa perspectiva, foi observado que a grande parte dos colaboradores do CEDHOR, além de serem mulheres, possuem idade entre 31 e 40 anos, o que corresponde a cerca de 44% dos respondentes, e 33% entre 25 a 30 anos. Cerca de 22% optaram por não responder a pergunta, talvez por não acharem relevante para a pesquisa ou por não gostar de revelar a idade. Estes dados estão ilustrados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Caracterização dos colaboradores: idade

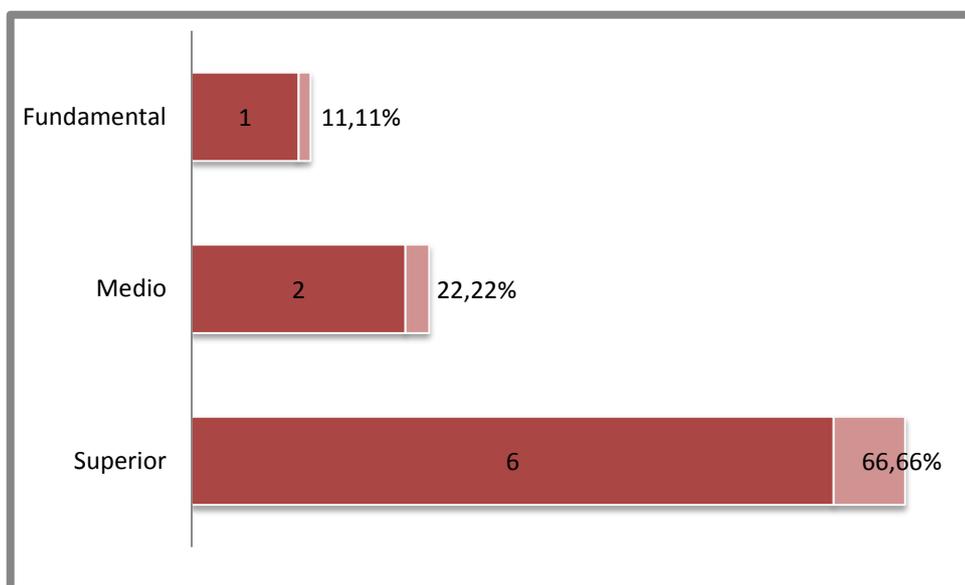


Fonte: Pesquisa de campo

Percebemos que a maior parte desses colaboradores são pessoas que estão em idade produtiva, tendo conhecimento adquirido ao longo da vida profissional e maior potencial de representatividade. Também podemos levar em consideração que essas pessoas possuem uma percepção mais ampla do âmbito social, o qual se transformou em uma área capaz de gerar empregos, e visto como uma “forma de investimentos na qualificação profissional, já que empresários bem informados disputam pessoas que trabalham em ações comunitárias” (TEXEIRA, 2003, p. 100).

Em relação ao grau de escolaridade, verificamos que pouco mais de 66,6% dos respondentes possuem formação de nível superior, cerca de 22,2% tem o ensino médio completo e 11% conseguiram completar o ensino fundamental, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos colaboradores da entidade



Fonte: Pesquisa de campo

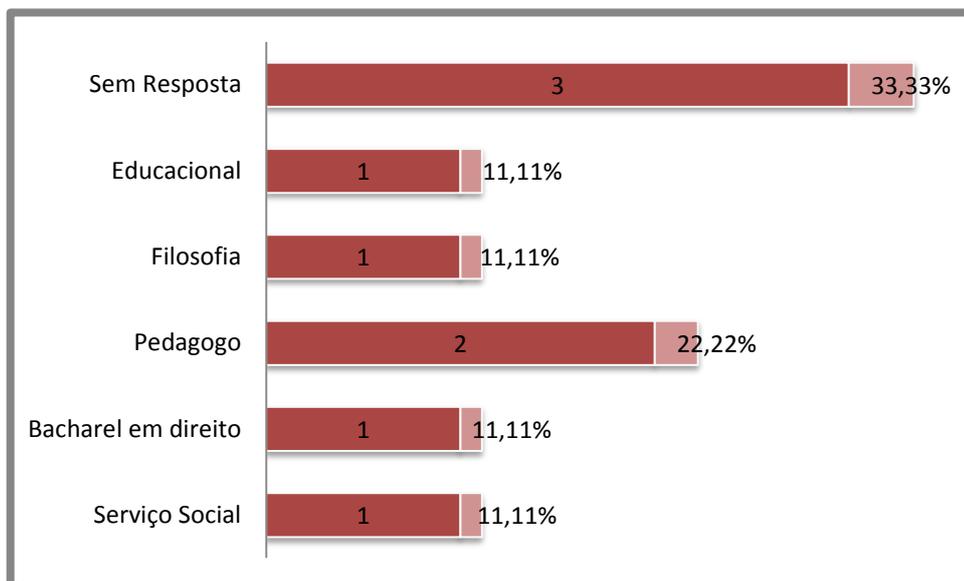
Esse resultado demonstra a busca da instituição pelo aprimoramento e qualidade dos seus trabalhos, exigindo um pessoal mais qualificado para a execução das suas ações e projetos, levando em consideração o maior nível de discussão e percepção sobre as questões sociais das pessoas com mais escolaridade.

Em uma pesquisa feita com mais de 230 instituições filiadas da ABONG, em 2011, pelas pesquisadoras Kraychete e Borges, constatou-se que cerca de 66% dos funcionários possuíam formação superior. Ainda conforme as autoras (2011, p. 21), o perfil dessas instituições

Reflete o grau de qualificação exigido de uma organização com inserção em várias áreas de atuação, podendo ir desde intervenções de assessorias a entidades e movimentos populares até à captação de recursos em fontes diversas tanto internas como externas, públicas e privadas que funcionam a partir de lógicas diversificadas.

O gráfico abaixo nos permite visualizar que o CEDHOR tem, em seu quadro de colaboradores, profissionais com formações distintas como: serviço social, filosofia, educador, bacharel em direito (11,1% cada) e pedagogo (22,22%). Entretanto, cerca 33% dos pesquisados não responderam à pergunta.

Gráfico 4 - Formação profissional dos colaboradores



Fonte: Pesquisa de campo

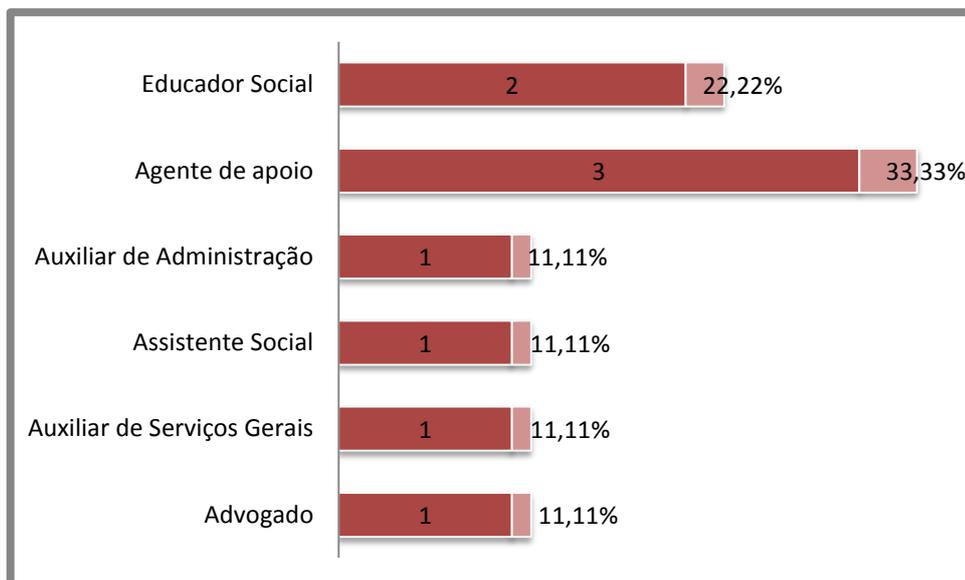
Esses dados nos permitem identificar o trabalho disciplinar, da instituição, dentro da área social e da gestão pública. Assim, com as mudanças na educação, no que se refere às relações econômicas e sociais, o pedagogo vem atuando consideravelmente em ambientes não-escolares. Libâneo (2009, p. 96) explica que,

[...] a educação é uma realidade que se modifica enquanto fenômeno social e histórico, em face da dinâmica das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Por consequência, o movimento, a transformação da realidade educativa, leva também a mutação na pedagogia, cabendo-lhe orientar a prática educativa conforme as exigências concretas postas pelo processo histórico-social

Com as ONGs atuando em diferentes áreas sociais, é preciso de profissionais capacitados para atender suas demandas. Inserindo em um contexto mais educativo, aparece o pedagogo, para desenvolver ações educativas em um ambiente extraescolar.

Diante dos dados, verificamos que existe um número significativo dos educadores sociais (22,2%) e agentes de apoio (33,3%), os quais trabalham com as práticas educacionais voltadas a integrar as pessoas com a sociedade. Esses agentes de apoio são indispensáveis ao funcionamento da entidade, pois auxiliam diversas funções, não só os educadores.

Gráfico 5 - Ocupação profissional dos colaboradores

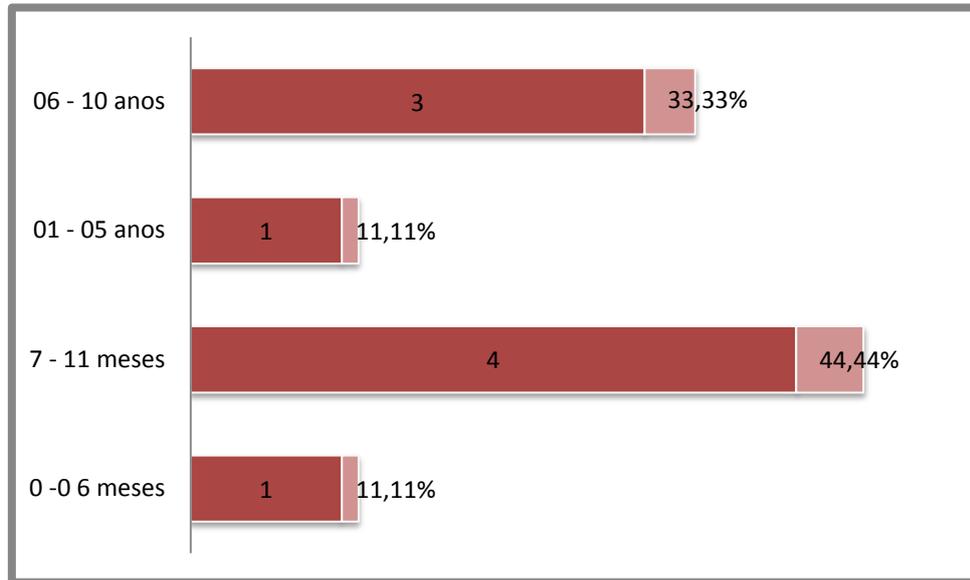


Fonte: Pesquisa de campo

O educador social tem um papel fundamental nas ONGs, pois trabalha como agente transformador e multiplicador de conhecimento, valorizando a educação como prática de ressocialização dos sujeitos excluídos pela sociedade. Com a demanda, surge os agentes de apoio, que trabalham no auxílio dos educadores.

Quanto ao tempo de atuação dos colaboradores no CEDHOR, é possível visualizar que a maior parte já conhece a ONG, pois 33,3% atuam entre seis a dez anos na instituição. Cerca de 11,1% estão de um a cinco anos, 44,4% colaboram entre sete a onze meses, e 11,1% fazem parte do quadro de colaboradores, entre um tempo de até seis meses. Podemos observar esses dados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Tempo de atuação dos colaboradores no CEDHOR

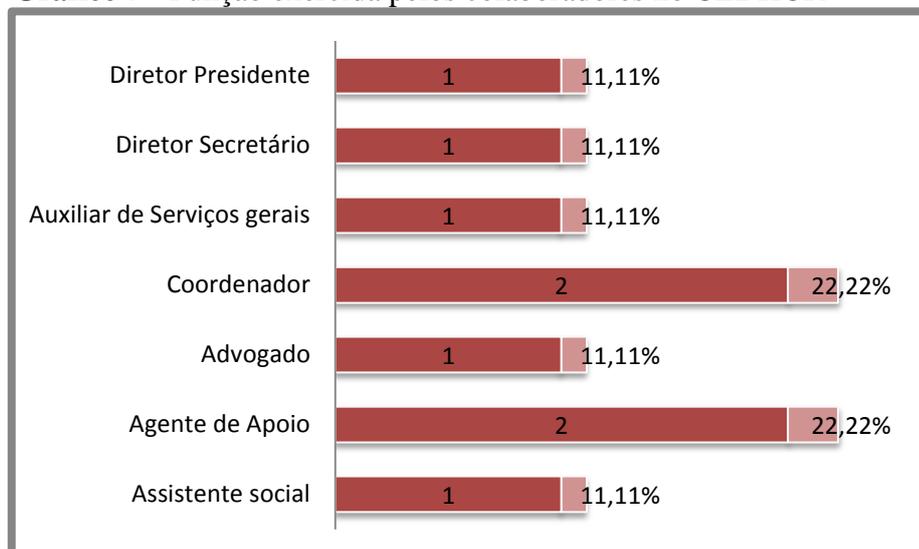


Fonte: Pesquisa de campo

Os colaboradores que estão há mais tempo na instituição conhecem mais a fundo as necessidades e os desafios que enfrentam. Evidenciam, ainda, a legitimidade da instituição com a comunidade.

Os dados dos respondentes nos mostram diferentes funções dos colaboradores do CEDHOR, chamando atenção pela porcentagem dos agentes de apoio e coordenadores (22,22% cada). Esses agentes de apoio trabalham auxiliando a equipe pedagógica e a coordenação. Eles têm uma atuação importante nos trabalhos desenvolvidos na entidade.

Gráfico 7 - Função exercida pelos colaboradores no CEDHOR

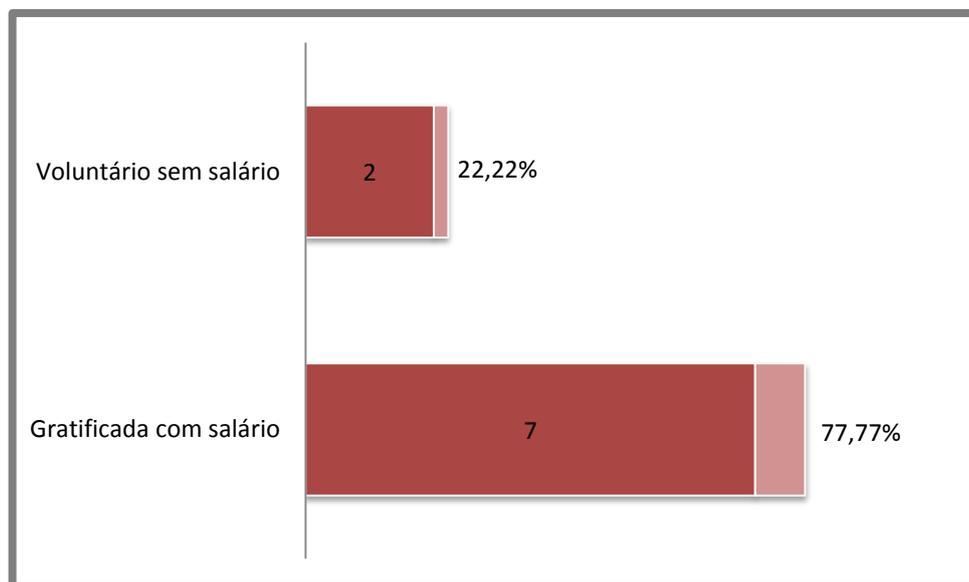


Fonte: Pesquisa de campo

Atualmente muitas ONGs trabalham com vários tipos de públicos e precisam estar com o seu quadro de pessoal bem dividido e qualificado. Muitos exercem cargos que necessite de qualificação específica, como advogado, assistente social, psicólogo, pedagogo, diretor, entre outros. Também cargos que não precisam de formação. Entendemos que é um espaço de trabalho amplo, onde o gestor público também deve estar inserido para procurar entender as demandas da sociedade para o bom funcionamento do governo, já que as ONGs possibilitam a aproximação do Estado com a sociedade.

Além disso, é importante, para as ONGs, manter o trabalho voluntário, que possui algumas singularidades exigindo um compartilhamento dos valores de cada um, organização e voluntário, tais como responsabilidade, paciência, boa vontade entre outro. Observando os dados, percebemos que o índice de voluntariado é bem abaixo, com 22,22% em relação ao índice 77,77% do pessoal gratificado com salário.

Gráfico 8 - Função gratificada ou voluntariado



Fonte: Pesquisa de campo

Camargos (2008 *apud* NUNES, 2009, p. 42) ressalta a importância do trabalho voluntário para o terceiro setor e explica:

Por serem espécies de serviços prestados sem qualquer remuneração ao trabalhador, ou seja, que dispensam boa parcela dos custos necessários à realização das

atividades exercidas pela entidade tomadora, os trabalhos voluntário e religioso se constituem como forma jurídica a serem largamente utilizadas pelas entidades do terceiro setor no desempenho de suas tarefas de apoio ao Estado na busca pela melhoria das condições de vida na sociedade.

Embora o CEDHOR não possua um número mais significativo de voluntários, quando perguntamos sobre a relevância do trabalho voluntário, 16,6% dos respondentes falam da doação de serviço à comunidade, 8,3% acham que é uma proposta transformadora e 25% não responderam.

Quadro 1 - Relevância do trabalho voluntário

Relevância do trabalho voluntário – CEDHOR	Coef. Freq. (%)
Proposta transformadora;	8,3
Ação educativa;	8,3
Identificação com as causas do direito humano;	8,3
Auxiliar a vulnerabilidade social;	8,3
Doação de serviço à comunidade;	16,6
Crescimento pessoal;	8,3
Ser importante;	8,3
S/Resposta;	25
Total	100%

Fonte: Coleta direta de dados. 2015

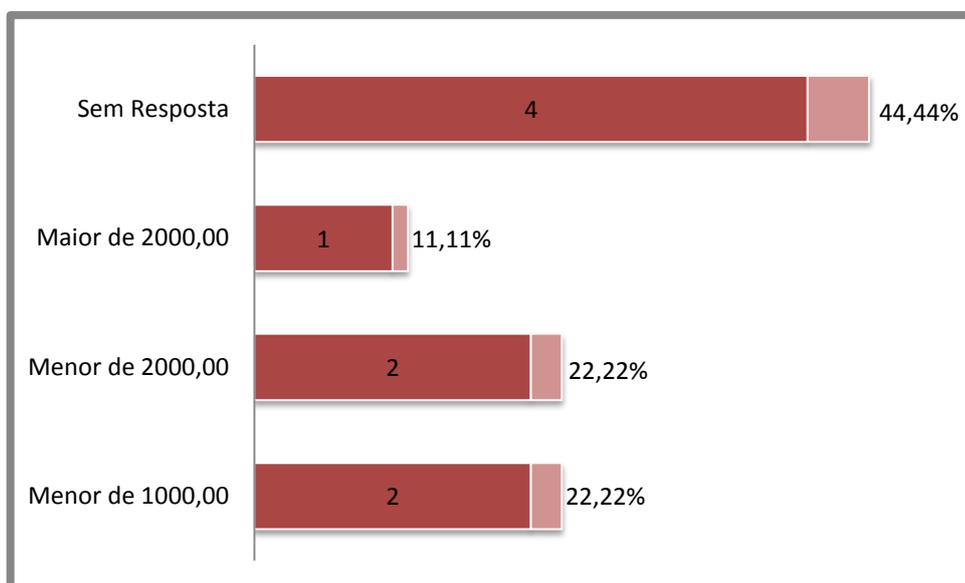
Coelho (2002 *apud* NUNES, 2009, p. 42) afirma que,

Se antes a ação voluntária era patrocinada e agenciada basicamente pelas atividades religiosas, a partir da década de 70 – com o incentivo dos movimentos de direitos humanos, civis e sociais – ela passou a ser encarada como uma possibilidade de ação social voltada para o bem público.

Deste modo, o voluntariado é uma peça fundamental, não só para a instituição, mas para o bem-estar da população em geral.

No CEDHOR, como a maior parte dos colaboradores são gratificados, perguntamos o valor da remuneração de cada um. Sabemos que muitas pessoas não gostam de revelar o valor do salário, e 44% não responderam. 22,22% recebem menos de 2 mil reais, outros 22,22% recebem menos de mil reais e 11,11% recebem acima de 2 mil reais.

Gráfico 9 - Remuneração dos colaboradores



Fonte: Pesquisa de campo

Se formos comparar o nível de remuneração dos colaboradores do Centro, vamos perceber que não indefere a remuneração apresentada no mercado.

4.2 PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO DO CEDHOR

A pesquisa também possibilitou identificarmos a percepção dos colaboradores sobre o trabalho realizado pela instituição à comunidade. Para a obtenção desse objetivo, os aspectos sondados para a compreensão foram: identificação dos objetivos do CEDHOR; a relevância dos objetivos para atender as necessidades da comunidade; o êxito nas atuações dos objetivos do CEDHOR na comunidade de Santa Rita; quais os aspectos dos objetivos voltados à realidade para a defesa dos direitos humanos em Santa Rita; quais ações realizadas pelo CEDHOR no campo dos direitos humanos; as possíveis melhorias/resultados na comunidade de Santa Rita com as ações e/ou projetos do CEDHOR; as dificuldades encontradas pelo CEDHOR para a realização de ações e/ou projetos; as estratégias do CEDHOR para atrair a comunidade em relação às ações e/ou projetos.

Com os dados levantados foi possível verificar que os colaboradores estão cientes dos objetivos propostos pelo regimento interno da instituição. 10,5% responderam que o objetivo do CEDHOR é dar suporte às famílias, de acordo com suas necessidades. E, 42% citaram o atendimento, promoção e garantia dos direitos humanos.

Quadro 2 - Objetivos do CEDHOR

Objetivos	Coef. Freq (%)
Dar suporte as famílias de acordo com suas necessidades;	10,5
Garantir, promover e atender os direitos humanos;	42
Atuar em conjunto com outras entidades;	5,3
Orientar sobre os direitos humanos;	10,5
Valorizar o protagonismo do ser humano;	5,3
Construção da cidadania plena;	5,3
Articular com movimentos sociais;	5,3
Resgatar a dignidade humana;	5,3
Defender pessoas em situações de violação dos seus direitos;	10,5
Total	100%

Fonte: Coleta direta de dados. 2015

A fragilidade da gestão social no Brasil fica ainda mais evidenciada quando observamos os objetivos institucionais de várias ONGs, como é o caso do CEDHOR. Dowbor (1999, p. 10), afirma que “o Brasil não é um país que gasta pouco com o social. Essencialmente, gasta mal. (...) A área social precisa hoje muito mais de uma reformulação político-administrativa do que propriamente de mais dinheiro”. Sendo assim, a falta de uma política de efetivação do social, que entenda e acolha as demandas e necessidades da sociedade, faz com que organizações não-governamentais se voltem a ter esses objetivos institucionais, ocupando um espaço entre o Estado e a sociedade, e demonstrando que estão preocupadas com o bem-estar da população em geral.

Sobre a relevância dos objetivos para atender as necessidades da comunidade, 21,5% dos colaboradores ressaltam que a relevância está em promover o acesso da comunidade às políticas sociais e aos direitos humanos. Outros afirmam que é promover informações a comunidades. Entretanto, 7,1% talvez não identificaram a importância dos objetivos da instituição, não souberam responder ou simplesmente não quiseram responder.

Quadro 3 - Relevância dos objetivos para atender a população

Descrição da Relevância dos objetivos	Coef. Freq. (%)
Garantia da cidadania;	7,1
Intervenção contra a violência doméstica;	7,1
Conscientização ambiental;	7,1
Fortalecimento de vínculos familiares e sociais;	7,1
Importante para encaminhar os usuários aos órgãos competentes de cada caso;	7,1
Alertar a comunidade o seu papel de protagonista de ações transformadoras;	7,1
Promover informações às comunidades;	14,3
Promover o acesso da comunidade às políticas sociais e aos direitos humanos;	21,5
Não atinge toda população;	7,1
Ainda precisa avançar muito, no trabalho e aspectos políticos;	7,1
S/Resposta.	7,1
Total	100%

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

Esses dados nos levam a crer que um dos mecanismos da gestão pública brasileira ainda está em deficiência. Onde as organizações não-governamentais vêm trabalhando, é, justamente, em promover o acesso das políticas sociais às comunidades, através de informações e orientações, para que as pessoas saibam quais são seus direitos diante da sociedade. No entanto, como a instituição trabalha focada em um determinado local, não consegue atingir toda população. Isso nos prova que mesmo que exista o trabalho coadjuvante do Terceiro Setor, trabalhando em prol da sociedade, com o intuito de trazer o bem público para a população, o trabalho de uma instituição sempre será menor aspecto que seria do Estado, o qual deveria estar promovendo todas essas ações, e nós, enquanto sociedade civil, deveríamos estar reivindicando e fiscalizando nossos direitos.

Ao perguntarmos se os objetivos do CEDHOR têm obtido êxito em sua atuação na comunidade de Santa Rita, todos responderam que sim. 23,1% justificaram o “sim” afirmando que há resultado nas orientações jurídicas e sociais junto à população, com encaminhamentos de casos aos órgãos de defesa. 7,7% responderam que muitas famílias são atendidas. No entanto, 15,4% não souberam responder.

Quadro 4 - Êxito nas atuações dos objetivos

Êxito nas atuações dos objetivos do Cedhor na comunidade de Santa Rita	Coef. Freq. (%)
Muitas famílias atendidas;	7,7
Encaminhamentos de casos aos órgãos de defesa atuação na orientação jurídica e social junto à população;	23,1
Ligação entre órgãos e a sociedade;	15,4
Melhoria dos serviços públicos;	7,7
Objetivos alcançados por existir uma demanda real à entidade;	7,7
Fortalecimento de vínculos familiares e sociais;	7,7
Informação as pessoas do seu potencial transformador;	7,7
S/Resposta.	15,4
Total	100%

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

Podemos ver que o Centro contribui para que haja uma maior ligação entre órgãos públicos e a sociedade, fazendo com que os serviços ofertados pelo Estado cheguem à população com mais qualidade e eficiência.

Em relação aos aspectos dos objetivos voltados à realidade para a defesa dos direitos humanos na comunidade de Santa Rita, 11,8% apontam o aspecto dos atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica. 17,6% ressaltam as intervenções frente às questões sociais, e outros 17,6%, novamente, não responderam.

Quadro 5 - Áreas de atuação do CEDHOR

Descrição das áreas	Coef. Freq. (%)
Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;	11,8
Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;	5,9
Formação acerca dos direitos humanos;	11,8
Direito à vida;	5,9
Social;	11,8
Jurídico;	5,9
Educacional;	5,9
Limpeza Ambiental;	5,9
Intervenções frente às questões sociais;	17,6
S/Resposta.	17,6
Total	100

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

Um dos problemas sociais que vem, frequentemente, se firmando é a violência doméstica contra as mulheres. Diante deste contexto social do país muitas organizações não-governamentais estão dando uma atenção maior para esta questão, que é interpretado como

crime ofensivo do direito humano. Como várias ONGs, o CEDHOR também vem na perspectiva de fazer cumprir a lei Maria da Penha, ajudando e orientando as vítimas. A ausência de uma política mais efetiva de auxílio a mulheres vítimas de violência doméstica causa insegurança por parte das vítimas. A gestão pública deve ter conhecimento de que tem um papel fundamental na atuação contra esse tipo de violência, pois tem responsabilidade sob a população que vive em situação de instabilidade social. Muitas ONGs fazem o trabalho que deveria ser ofertado pelo Estado, de escuta, acompanhamento e orientação. Um trabalho em conjunto, entre a sociedade civil e o Estado, poderia ser mais eficaz.

São muitas as ações realizadas no campo dos direitos humanos pelos CEDHOR, em respostas ao questionário. A assistência social e a formação com a comunidade se destacaram com 13,8% cada. Em seguida vêm os encaminhamentos jurídicos, trabalho em conjunto com o conselho tutelar e as oficinas com crianças e adolescentes, com 10,3% cada.

Quadro 6 - Ações realizadas do CEDHOR na área de DH

Descrições das Ações	Coef. (%)	Freq.
Assistência social;		13,8
Apoio psicológico;		3,4
Mobilizações e intervenções contra violência familiar;		10,3
Trabalho em conjunto com o conselho tutelar;		10,3
Encaminhamentos jurídicos;		10,3
Oficinas com crianças e adolescentes;		10,3
Articulações políticas;		6,9
Realizações de eventos temáticos;		10,3
Formação com a comunidade;		13,8
Orientação jurídica;		6,9
S/Resposta.		3,4
Total		100

Fonte: Coleta direta de dados. 2015

Esses dados expressam o cuidado da ONG com a criação dos sujeitos sociais para interferir no espaço público, transmitindo conhecimento e realizando ações de caráter preventivo, com atuação focada para construir uma consciência de direitos, capaz de eliminar o desrespeito e a brutalidade que se faz presente no meio da sociedade.

As respostas sobre as possíveis melhorias e/ou resultados das ações e/ou projetos do CEDHOR na comunidade de Santa Rita foram bem distintas. A melhoria do nível de informação da comunidade, com 13,6%, foi o mais repetido entre os colaboradores. A

diminuição da violência intrafamiliar (9,1%) também se destacou entre as opiniões dos respondentes.

Quadro 7 - Possíveis melhorias/resultados em Santa Rita-PB

Descrição dos resultados	Coef. Freq. (%)
Conscientização popular acerca dos direitos humanos;	9,1
Menor nível de desinformação;	13,6
Casos solucionados;	4,5
Acessibilidade dos atendimentos;	4,5
Aprovação dos usuários no vestibular;	4,5
Satisfação da comunidade;	4,5
Ação popular para a construção da escola de 2º grau para maiores;	4,5
Construção do campus de Direito da UFPB;	4,5
Diminuição da violência intrafamiliar;	9,1
Garantia de emprego para as pessoas da comunidade;	4,5
Qualidade de vida para crianças e adolescentes;	9,1
Preservação ambiental;	4,5
Formação da comunidade;	9,1
Troca de conhecimento entre pessoas da comunidade;	4,5
S/Resposta.	9,1
Total	100

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

O CEDHOR vem ajudando a levar informações às comunidades e a combater a violência intrafamiliar, tendo em vista que essa violência atinge uma grande parcela da população, repercutindo, de modo significativo, na saúde das pessoas atingidas. É um problema social que atinge especialmente as crianças, mulheres, adolescentes, portadores de deficiência e idosos, assim, necessitando de diferentes campos profissionais. O Ministério da Saúde vê que “a prevalência significativa da violência intrafamiliar constitui sério problema de saúde, grave obstáculo para o desenvolvimento social e econômico e uma flagrante violação aos direitos humanos” (BRSIL, 2001, p. 46). Para o enfrentamento dessa questão, que cresce significativamente no Brasil é importante a mobilização e a união de vários setores do governo e da sociedade civil.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas pelo CEDHOR para a realização de ações e/ou projetos, citaram a falta de recursos financeiros e a falta de apoio/parcerias com os órgãos públicos, 23,1% para cada. Destacam também o descaso, por parte da gestão local, com a população e equipamentos públicos, somando 15,3% dos respondentes.

Quadro 8 - Dificuldades encontradas pelo CEDHOR na realização de ações/projetos

Descrição das dificuldades	Coef. (%)	Freq.
Falta de recursos financeiros;		23,1
Falta de apoio/parceria com órgãos públicos;		23,1
Enfrentamento da violência;		7,7
Marginalização dos defensores dos direitos humanos;		7,7
Falta de voluntários;		7,7
Descaso, por parte da gestão local, com a população e com os equipamentos públicos;		15,3
Pobreza;		7,7
S/Resposta.		7,7
Total		100

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

As instituições do terceiro setor, embora existam, apontam as próprias fragilidades do Estado em relação à própria gestão pública. Nesse aspecto, quando a instituição tem pouca parceria com o órgão público, mostra que não há um trabalho de convergência entre o Estado e a sociedade civil.

Ao perguntarmos sobre as estratégias utilizadas pelo CEDHOR para atrair a comunidade em relação às ações e/ou projetos, 10% dos colaboradores ressaltaram que a ONG procura ouvir as demandas da comunidade. Outros 10% afirmam que a ONG realiza eventos temáticos.

Quadro 9 - Estratégias do CEDHOR utilizadas com a comunidade

Descrição das estratégias	Coef. (%)	Freq.
Realização de eventos temáticos;		10
Divulgação via internet/redes sociais, boca à boca;		10
Ações educativas;		5
Atendimento dos serviços sociais e jurídicos;		10
Trabalho sério e responsável;		5
Credibilidade da entidade junto à comunidade;		5
Visitas às escolas;		5
Ouvir as demandas da comunidade;		10
Conversas com a comunidade sobre os objetivos da ONG;		10
Café da manhã partilhado;		10
Oficinas com as famílias;		10
S/Respostas.		10
Total		100

Fonte: Coleta direta de dados. 2015/PB

Essas estratégias utilizadas podem auxiliar uma melhor delimitação do tipo de contribuição que a ONG pode ofertar para a comunidade, também se dirigindo à sociedade de maneira em que visa um maior envolvimento do público com a ONG e vice-versa, fazendo com que haja uma gestão mais eficiente e democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há décadas as ONGs vêm contribuindo para o crescimento da democracia, representando a sociedade e preenchendo as lacunas entre o Estado e a sociedade. Elas têm uma natureza jurídica privada e de finalidade pública. Somam-se cada vez mais em números na realidade brasileira, abarcando várias áreas. Pela penetração cada vez mais atuante em diversas áreas. Pode-se dizer que elas assumem um papel central nas questões públicas na atualidade.

Colaborando assim para o desenvolvimento da sociedade por meio de uma gestão descentralizada, mais flexível do que a estrutura do aparelho do Estado. Elas vêm influenciando positivamente na gestão pública através de convênios, parcerias em projetos sociais, minimizando os problemas sociais existentes na sociedade brasileira, participando cada vez mais da execução das políticas públicas.

O Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero é mais uma ONG que acaba atuando direta e indiretamente, contribuindo para a gestão pública do município de Santa Rita/PB. Atua na promoção do bem-estar social, especialmente junto às pessoas mais desfavorecidas, complementando as ações do governo, na prestação de serviços públicos, mas de caráter social, sem fins lucrativos.

Conclui-se, desse modo, que o objetivo geral deste trabalho foi atingido porque constatamos que a instituição proporciona importante auxílio às comunidades da cidade de Santa Rita, no que se refere aos Direitos humanos, promovendo o acesso às políticas públicas, muitas vezes, se posicionando como precursor das demandas da sociedade. Também contribuindo e estimulando o debate sobre as políticas públicas e em torno das questões abandonadas pelas categorias de representatividade. Esse aspecto ficou evidenciado a partir da análise dos dados da pesquisa.

Outro enfoque do CEDHOR, que ficou visível, desenvolve um trabalho de reeducação orientando a comunidade sobre os seus direitos e deveres, desenvolvendo o envolvimento dos cidadãos em atividades que favoreçam o bem coletivo. Entretanto, encontra obstáculos para alcançar seus objetivos e para o desempenho das suas ações, na falta de recursos financeiros e parcerias com os órgãos públicos, especialmente da gestão municipal do município de Santa Rita, de onde é a maior parte dos beneficiários da instituição, impossibilitando/dificultando um trabalho de convergência entre a sociedade civil e o Estado.

REFERÊNCIAS

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Brasil 2014. Disponível em: <www.abong.org.br>

ABONG. *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil*. Fortalecendo a cidadania e a participação democrática. ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Brasil, Jul. 2007

ARMANI, D. *Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras*. Cadernos ABONG, 2006 <http://pad.org.br/sites/default/files/18_5.%20contexto%20ongs%20darmani.doc>

ALVIM, F., TEODÓSIO, A. S. S. *Gestão da Cooperação Internacional: perspectivas e desafios para as ONGs* In: Anais do XV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. Florianópolis: ANGRAD, 2004. P. 93 – 102.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: *Informação e documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação*. Rio de Janeiro, 2011. p.11. Disponível em: <<http://eradiologia.wordpress.com/2013/07/20/normas-da-abnt-para-a-elaborao-de-trabalhos-academicos-2013/>>

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398

BARBIERI, J. B. P., & ANDREOLA, M. T. *Conquista da autonomia integral, em mulheres, através de projeto social e instrumento de training sociopsicológico*. São João do Polêsine, RS, Brasil. Temas em Psicologia – 2012, Vol. 20, no 2, 491 – 508 DOI: 10.9788/TP2012.2-16.

<http://www.mulherdomilenio.com.br/wpcontent/uploads/2013/08/www.temasempsicologia.pdf>

BARBOSA, I. M. *Sociedade Civil Brasileira: Ação, Articulação e Mobilização*. RevTerc Set, v.1 n.1p. 34-38, Brasil 2007. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/77/207>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.: il. – (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8) – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 131).

CEDHOR, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero. Brasil [2012?]. Disponível em: <www.cedhor.org>

CEDHOR, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero Regimento Interno: Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero. Brasil, 2014.

CEDHOR, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero. Estatuto da Associação Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero. Brasil, 2014.

COUTINHO, J. A. ONGs: origens e (des)caminhos. In: *Lutas Sociais*13/14. São Paulo: NEILS, 2005. p. 57-65. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf>

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil entiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Venezuela/facesucv/20120723055520/Dagnino.pdf>

DOWBOR, L. *Tendências da Gestão Social*. In: Saúde e Sociedade. 8 (1): 3 – 16, 1999

FERREIRA, V. C.P. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. 2005. 257p. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005 (Orientador: Vergara, Sylvia Constant)

FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. In: **ECONOMIA IBGE 2010** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_fundacoes_xls_nova_2010.shtm

GOHN, Maria da Glória. *Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. In: Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, V.5, n. 14, p. 238-258, maio/ago. 2013 Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/145/pdf>>

JAIME, P. *Da construção à crise de identidade das ONGs: nota para uma pesquisa etnográfica*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. s/d

HOROCHOVSKI, R. R. *Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 109-127

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

KRAYCHETE, Elsa Souza; BORGES, Ângela Maria Carvalho. *Os níveis de remuneração em organizações não governamentais filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais*. Salvador, dez, 2011

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8ª ed.. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES et al. *Fomento e Colaboração: Uma nova proposta de parceria entre Estado e Organizações da sociedade civil*. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2013.

LÜCHMANN, L. H. H. *Modelos Contemporâneos de Democracia e o Papel das Associações*. In: Ver. Social. Polít., Curitiba, V. 20, nº 43, p. 59-80, out. 2012

MENDONÇA, E. M. et al. *Desafios e Dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: Uma Análise da Realidade Brasileira*. Gestão.Org, Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 7 (1): 69-83, Jan/Abril 2009

MENDONÇA, Patrícia M.; ARAUJO, Edgilson Tavares. *ONGs e Cooperação Internacional: entre a Dependência e a Busca pela sustentabilidade*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29. 2005, Brasília – DF, Anais... Brasília: ANPAD. (CD-rom). Disponível em: <<http://www.viamagia.org/escola/curso/midiateca/MENDON%20C3%87A,%20P.%20M%20e%20ARA%20C3%9AJ0,%20E.%20T.%20ONGs%20e%20Coopera%20C3%A7%20C3%A3o%20I%20nteracional%20.pdf>>

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras*. In: ENCONTRO NACIONAL DE 60 ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 2006, Caxambú, MG. Anais... Caxambu, MG, 2006.

Hans-Jurgen Fiege. *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. 236 p. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_13212-1522-1-30.pdf?080826174743>

PNUD. **Ranking IDHM Municípios**. 2010. Ranking IDHM Municípios 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx> Acesso em: 08 de Jan. de 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de Controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

PORTUGAL, Igreja Católica em Portugal: Missionários Combonianos, [2011]. Disponível em: <http://www.portal.ecclesia.pt/anuario/ficha_congregacoes_m.asp?congregacao_mid=18>

RAVILO, D. In: *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*/Hans-Jurgen Fiege. – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. 236 p. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_13212-1522-1-30.pdf?080826174743>

RIBEIRO, Vera Maria Masangão. *A Luta por um Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil*. VI CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2013.

SOUZA, C; SCHWEIGERT, H; OLIVEIRA, R. *ONGs Nordestinas: Transformação e Permanência*. In: *As ONGs e a Realidade Brasileira-6*. Cadernos da ABONG, ABONG. Associação Brasileira de ONGs, n. 14, Jun. 1996.

TEXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Identidades em Construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização* / Ana Claudia Chaves Texeira – São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003. 208 p.

TEIXEIRA, A. C. *A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade*. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. S. Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 4, p. 104-142.

TONI, A. *A trajetória da cooperação internacional no Brasil*. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, 03 Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=596>>

APENDICE A

Questionário de Pesquisa

1. Caracterização dos colaboradores da pesquisa

Sexo:

Idade:

Grau de Instrução:

Formação Profissional:

Ocupação Profissional:

Tempo de atuação no CEDHOR:

Função no CEDHOR:

Exerce função gratificada com salário ou voluntariado?

() gratificada com salário () voluntariado sem salário

Qual o valor do salário recebido no CEDHOR?

Qual é a relevância em fazer trabalho voluntário para o CEDHOR?

2. Identificação do desenho institucional do CEDHOR

2.1 Quais são os objetivos do CEDHOR?

2.2 Considera que esses objetivos são relevantes para atender as necessidades da comunidade de Santa Rita? Sim () Não () Justifique:

2.3 Os objetivos do CEDHOR têm obtido êxito em sua atuação na comunidade de Santa Rita? Sim () Não () Justifique:

2.4 Os objetivos se voltam para a defesa dos direitos humanos da comunidade de Santa Rita em quais aspectos na realidade?

2.5 Quais são as ações realizadas pelo CEDHOR no campo dos direitos Humanos?

2.6 Quais foram os possíveis resultados ou melhorias que se deram na comunidade de Santa Rita a partir dessas ações/projetos?

2.7 Quais são as dificuldades encontradas na realização dessas ações ou projetos?

2.8 Quais as estratégias utilizadas para atrair a comunidade em relação às ações e/ou projetos?